



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 30 - Nº 576 - DE 11 A 26 DE NOVEMBRO DE 2018 - R\$ 4,00



## Primeiros passos do governo Bolsonaro

**Que as centrais sindicais, MST, UNE e demais organizações dos explorados iniciem imediatamente a resistência aos novos ataques de Temer-Bolsonaro**

**Que o PT, PSOL, PSTU e demais correntes de esquerda se coloquem pela formação de uma frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária**

**Que todas as forças que se opõem ao governo ditatorial passem a organizar, urgentemente, uma resposta contrária à reforma da Previdência. Que se lancem em defesa das liberdades democráticas!**

# **Abaixo o governo ditatorial e fascistizante de Bolsonaro!**

## Abaixo a ditadura de Bolsonaro

O fato de um governo ser eleito não significa que seja democrático. Formalmente, concorreu com vários candidatos e venceu no segundo turno. Prometeu se guiar pela Constituição e respeitar a independência dos poderes da República. Nada disso o torna um governo democrático burguês, apoiado no pleno funcionamento do parlamento e na garantia das liberdades políticas.

Bolsonaro ostenta uma trajetória carregada de autoritarismo. Foi um fiel partidário da ditadura militar. Sempre se manifestou em defesa do terrorismo de Estado. A tortura e assassinato de presos políticos são, para ele, naturais atribuições na defesa do capitalismo, da pátria, etc. Defensor da ditadura de Pinochet, que ensanguentou o Chile, compartilha do método de governar por meio da guerra civil contra a classe operária, os camponeses e demais oprimidos que se rebelarem.

Tais ideias e posições, diante das trágicas experiências da luta de classes mundial, filiam Bolsonaro ao fascismo. Sua procedência é tipicamente pequeno-burguesa e sua formação militarista. O movimento eleitoral que o potencializou politicamente se baseou na pequena-burguesia (classe média), principalmente, na sua camada rica, e em pequenos e médios capitalistas. Arrastou setores do proletariado apoiado nessas forças econômicas e políticas. O ódio ao reformismo petista, que chega ao absurdo de confundi-lo com comunismo, cultuado no seio da pequena-burguesia conservadora, foi o combustível que impulsionou sua ascensão eleitoral.

Há que assinalar que a camada rica da pequena-burguesia e pequenos e médios capitalistas acabam refletindo o domínio do capital financeiro. São suscetíveis às crises econômicas, que os arruinam, e veem como responsáveis o movimento de massa e, principalmente, as greves operárias, bloqueios e manifestações. O grande capital incentiva o medo da classe média, para assim combater a emergência da classe operária.

A atribuição ao reformismo de toda de responsabilidade pela crise econômica e social, de maneira que deve ser varrido, e a orientação de esmagar o movimento operário e camponês expuseram uma orientação e um programa fascista. O que, porém, não permite uma dedução de que iniciará seu governo como fascista. Seu caráter será moldado nas condições concretas do desenvolvimento da cri-

se econômica e política, que tem em sua base a luta de classes.

As frações mais poderosas do grande capital aderiram a Bolsonaro somente diante da bancarrota da candidatura de Alckmin. Assumiram, portanto, um pequeno caudilho criado, emergencialmente, em meio à decomposição dos grandes partidos da burguesia, o que inclui o PT. Espera-se que Bolsonaro aplique o programa ultraliberal, antinacional e antipopular, sem precisar recorrer a medidas ditatoriais que rompam a institucionalidade, montada pela Constituição de 1988.

No entanto, não há como prever com exatidão o desenvolvimento de seu governo. Há um ponto de partida, que deve ser observado pelos explorados e sua vanguarda. Bolsonaro constituirá, já de início, um governo ditatorial. Recorrendo à caracterização histórica: um governo de tipo bonapartista (ditadura policial). Bolsonaro e sua camarilha têm por fundamento assentar seu governo nas Forças Armadas. Os postos-chaves e o núcleo da administração governamental serão compostos por militares de

***Bolsonaro constituirá, já de início, um governo ditatorial. Recorrendo à caracterização histórica: um governo de tipo bonapartista (ditadura policial). Bolsonaro e sua camarilha têm por fundamento assentar seu governo nas Forças Armadas. Os postos-chaves e o núcleo da administração governamental serão compostos por militares de alta patente. Os civis devem seguir a disciplina da caserna e comungar os ideais ultradireitistas. Vários dos nomes anunciados, ou são militares, ou adeptos da militarização da política.***

alta patente. Os civis devem seguir a disciplina da caserna e comungar os ideais ultradireitistas. Vários dos nomes anunciados, ou são militares, ou adeptos da militarização da política. O general Heleno é a figura central do governo, ficará encarregado de aprimorar a nova polícia política, que começou a ser remodelada pelo ministro-general Etchegoyen, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Está se recuperando o extinto Serviço Nacional de Inteligência, criado pela ditadura militar.

A ditadura civil de Temer restabeleceu alguns dos elos do regime militar. O governo eleito de Bolsonaro continuará essa tarefa, que reflete a impotência da democracia burguesa. Bolsonaro chegou ao poder sem ser por meio de um dos partidos oligár-

quicos, e terá de governar com um Congresso Nacional corporativo. Sua força política, portanto, depende da tutela das Forças Armadas.

A política oposicionista do PT se assenta na colaboração de classes. Aí reside a força do governo ditatorial. É fundamental, em qualquer circunstância, organizar a luta contra os ataques do novo governo à vida dos explorados e às liberdades políticas. Abaixo a ditadura fascizante de Bolsonaro!

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

# A classe operária organizada pode derrotar o governo de Bolsonaro

Não há que duvidar um só segundo que os explorados estão diante de um novo governo ditatorial. Não se trata apenas do enunciado de uma diretriz ideológica reacionária, e de um programa antinacional e antipopular. Trata-se, sobretudo, de um governo que se apoiará nas Forças Armadas, na polícia e em organizações fascizantes que se albergaram no seio da classe média. É bem possível que caminhará por se caracterizar como um governo de tipo bonapartista. Em outras palavras, de um poder político centralizado na figura de Bolsonaro, que agirá por cima do Congresso Nacional, se valerá do Estado-policial e intervirá violentamente sobre os sindicatos, movimentos e partidos de esquerda.

Não se pode esperar um governo mais brando ou mais ou menos democrático. Haverá um incentivo aos agrupamentos fascizantes, que apenas deram sinais com o atentado contra a caravana do PT em março de 2018, o assassinato de Marielle Franco, também em março, a intervenção da Polícia Federal nas universidades, o assassinato do Moa do Katendê, na Bahia, ambos em outubro, e as provocações dos partidários da “Escola se Partido”. Por trás de Bolsonaro, empresários direitistas e fascizantes puseram a cara à luz do dia. Sem dúvida, vão continuar financiando organizações ultradireitistas para defender o governo Bolsonaro a todo custo.

Não há que temer a ofensiva da direita militarista e ditatorial. É inevitável que o Brasil passe por esse caminho. O bolsonarismo faz parte de um movimento mais geral da ultradireita, que vem ganhando força na Europa e que se fortaleceu com o governo de Donald Trump, nos Estados Unidos. O capitalismo em decomposição gerou, no passado, o nazifascismo, que serviu aos interesses do capital financeiro e dos monopólios; e que promoveu a carnificina da 2ª Guerra Mundial. No Brasil, a direita fascista emergiu com o movimento integralista. Os fios e elos mais sombrios da história estão se reatando internacionalmente.

No fundo, está a contradição entre as forças produtivas que já não podem se desenvolver e as relações de produção capitalistas. O processo de restauração capitalista, a destruição da União Soviética, a integração da China na órbita do capitalismo mundial, e o realinhamento das ex-repúblicas populares no Leste Europeu em torno às potências imperialistas impuseram e continuam impondo um retrocesso em grande escala. O esgotamento da socialdemocracia e do trabalhismo, que se fortaleceram depois da grande conflagração mundial, deu lugar às tendências fascistas, que se mantiveram vivas na forma de germe.

As contradições que levaram às 1ª e 2ª guerras mundiais somente poderiam ser dissolvidas e superadas pelo avanço da revolução social, em escala mundial, iniciada com a Revolução Russa. As derrotas da classe operária e a interrupção da marcha das revoluções proletárias garantiram a permanência do capitalismo. No entanto, não possibilitaram à burguesia imperialista triunfante resolver as contradições que levam à derrocada da democracia e dos partidos reformistas. Ao contrário, assistimos ao retorno da política burguesa antidemocrática, autoritária e fascizante. A crise econômica aberta em 2008, que permanece insolúvel, golpeia o democratismo burguês e germina as formas mais arcaicas da dominação da minoria exploradora sobre a maioria explorada.

É sintomático que os asseclas de Bolsonaro tomaram como

uma das primeiras decisões a de perfilar o Brasil por trás dos Estados Unidos e da política fascizante de Trump. A constituição de um governo bonapartista com traços fascizantes no Brasil compõe um movimento mais geral de direitização da burguesia latino-americana. O desmoronamento dos governos nacional-reformistas vem dando lugar a governos direitistas, francamente pró-imperialistas e voltados a descarregar por inteiro a crise capitalista sobre as massas operárias, camponesas e pequeno-burguesas arruinadas.

O golpe de Estado, que derrubou o impotente governo petista de Dilma Rousseff, foi o resultado das comportas abertas à classe média, que teme por seu futuro, e da virada do conjunto dos partidos da burguesia e das instituições estatais para varrer o reformismo exaurido e implantar a política ditada pelo capital financeiro. É um grande erro achar que a ultradireita se ergueu nas próprias eleições. Bolsonaro emergiu como um pequeno caudilho e ganhou força política graças aos partidos tradicionais da oligarquia burguesa e à falência do PT. No âmbito mais geral, emergiu do movimento contrarrevolucionário da burguesia latino-americana, da decomposição dos governos nacional-reformistas – como destaque ao da Venezuela – e do regime castrista restauracionista em Cuba. A luta contra o governo antinacional e antipopular, no Brasil, é parte da luta internacional contra as tendências fascizantes da burguesia.

As eleições, polarizadas entre a ultradireita e o reformismo, não concluíram com a organização da classe operária no seu campo próprio de luta. Nisso reside a força eleitoral de Bolsonaro, embora Haddad tenha conseguido alcançar 45% dos votos, que perfazem 47 milhões de votantes. O rechaço de quase metade da população ao novo governo somente teria grande transcendência, caso uma importante fração dos explorados saísse organizada e pronta para combater os ataques do governo, da burguesia nacional e do imperialismo. A força eleitoral da ultradireita está em que essa passa a ter o controle da máquina do Estado e o apoio de poderosos grupos econômicos. Eleitoralmente, as massas tão somente servem às disputas interburguesas. É pela via do Estado que Bolsonaro alimentará o ódio da classe média ao próprio reformismo e, sobretudo, à luta de classes dos explorados.

É importante assinalar que houve uma significativa mobilização da juventude, principalmente da pequena burguesia, temerosa com o movimento conservador e obscurantista, amparado em grande parte pelas igrejas evangélicas. Camadas dos explorados também foram às ruas em apoio a Haddad, sabendo que Bolsonaro atacará os direitos sociais e retrocederá os programas assistenciais, montados pelo PT. Trata-se de uma força desorganizada e iludida com a democracia burguesa, e arrastada pela campanha eleitoral. Sob a direção do PT e de seus aliados, não será organizada para combater Bolsonaro, por meio dos métodos próprios da classe operária.

As esquerdas que deram as mãos, no segundo turno, em apoio a Haddad, como se sua candidatura de fato expressasse um movimento antifascista, se viram desconcertadas diante da atitude capituladora do PT diante da vitória de Bolsonaro. A própria base petista ficou desconjuntada com a nota diplomática de Haddad endereçada ao candidato vitorioso. Diz: “*Presidente Jair Bolsonaro. Desejo-lhe sucesso. Nosso país merece o melhor. Escrevo essa mensagem,*

hoje, de coração leve, com sinceridade, para que ela estimule o melhor de todos nós. Boa sorte.” A resposta lacônica do jurista foi: “Sr. Fernando Haddad, obrigado pelas palavras! Realmente, o Brasil merece o melhor”. O reacionário aproveitou para espezinhar. O “Brasil merece o melhor” quer dizer que perdeu o pior.

O bilhete diplomático, no entanto, expôs a política do nacional-reformismo, que é a do servilismo à democracia burguesa e apego ao eleitoralismo. Essa observação, por si, não basta. É preciso chegar à devida conclusão. Haddad e o PT disseram ao novo governo e à burguesia que farão oposição parlamentar, esperando as próximas eleições, para arrastar a maioria por trás de sua candidatura. Esse bilhete foi uma resposta, também, ao conselho da grande imprensa monopolista de que, passadas as eleições, é preciso “pacificar” o País. O que quer dizer que os derrotados devem se submeter aos vencedores, podendo apenas exercer a oposição de minoria no Congresso Nacional. Mas, há um aspecto do bilhete que exala o odor da traição. Desejar “sucesso” a Bolsonaro significa apagar a caracterização de que o jurista encarna as tendências fascistas. Quando Haddad diz que deseja “sucesso”, “com sinceridade”, e de “coração leve”, admite relevar os ataques baixos e sujos da tropa bolsonarista, que infestaram as redes sociais de mentiras e falsificações.

Depois de fazer uma campanha apoiada na bandeira de rechaço ao fascismo, congratular o fascista pela vitória e desejar-lhe sorte revela o quanto artificial foi a polarização entre fascismo e democracia. Somente a esquerda oportunista poderia defender o voto em Haddad em nome da democracia contra o fascismo. A capitulação quase que geral ao palavreado petista

## Romper imediatamente a passividade

Bolsonaro não perdeu um minuto em sua iniciativa política. Vitorioso nas eleições, tratou de colocar na ordem do dia a reforma da previdência. As negociações com Temer podem ser uma via para impor as alterações, sem que tenha de se responsabilizar diretamente por elas. Não sendo possível resolver essa pendência até dezembro, imporá a reforma logo no início de seu governo. Essa é uma exigência do capital financeiro, que esteve na base do golpe de Estado que derrubou o governo petista.

Está desencadeada uma ampla campanha nos meios de comunicação – muito bem paga pelos capitalistas – de que, sem essa reforma, o Brasil quebrará e não sairá da crise econômica. Aterroriza a população com a ameaça de que não mais haverá recursos para pagar as aposentadorias e pensões. Assistimos a apresentação de gráficos, muito bem montados, para assombrar os explorados com a quebra de estados e municípios. A contas do governo Temer, dos banqueiros e dos especialistas contratados para fazer cálculos convergem para um ponto. A culpa principal dos déficits é de responsabilidade da previdência. O monopólio da informação impede que outras contas sejam apresentadas, contestando as manipulações armadas pelos parasitas da dívida pública, e demonstrando que a Previdência é quebrada pelo mecanismo que lhe toma 30% dos recursos para aplicar em outras áreas.

Há um verdadeiro complô da classe capitalista contra a maioria oprimida do País. Em sua essência, a reforma da Previdência tem por conteúdo sacrificar principalmente os assalariados, para salvar banqueiros. Diminuir ao máximo a pequena proteção dos explorados, que é a aposentadoria, obtida depois de se terem matado de tanto trabalhar. Isso para o Tesouro Nacional pagar mais de R\$ 300 bilhões anuais somente de juros, de uma dívida de R\$ 5 trilhões, que cresce dia a dia. Para os governos burgueses, não há nada mais sagrado que a garantia

testemunha que importantes correntes da esquerda centrista carecem de programa, e se guiam pelas ondas e vaivém da conjuntura política. Assiste, agora, o PT se lançar à disputa de qual força liderará a oposição burguesa no Congresso Nacional.

A vanguarda revolucionária terá pela frente a luta contra os ataques de Bolsonaro, de um lado, e a política de conciliação do PT e da burocracia sindical, de outro. A defesa da organização de um movimento de frente única contra o governo ditatorial corresponde à oposição exercida por meio da luta de classes e das reivindicações dos explorados, sob a direção da política revolucionária do proletariado. É importante que a vanguarda denuncie e rechace o aceno capitulador de Haddad a Bolsonaro. O enfrentamento ao governo fascizante depende de o proletariado tomar a frente das lutas e arrastar atrás de si a pequena burguesia. A greve geral de 28 de abril do ano passado deve ser retomada como um marco dos próximos confrontos com Bolsonaro.

Governo ditatorial que atrelará o Brasil à política de Trump, que imporá a reforma da previdência, que protegerá os parasitas da dívida pública, que avançará as privatizações e que reprimirá a resistência dos explorados não se deterá diante da oposição parlamentar, por mais radical que seja. Somente será detido por um poderoso movimento nacional, assentado em comitês de base, regido pelas assembleias, e impulsionado pelas reivindicações mais sentidas dos assalariados, camponeses e juventude oprimida. Está colocado construir uma frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária. É imprescindível levantar, imediatamente, a bandeira de abaixo o governo ditatorial, antinacional e antipopular de Bolsonaro.

de pagamento aos credores abutres. Bolsonaro foi eleito com a Bíblia, em uma das mãos e, na outra, com o compromisso de proteger o santuário do capital financeiro.

Era esperado que Temer e Bolsonaro se unissem para viabilizar a reforma da previdência. Era esperado que o pró-imperialista Paulo Guedes forçaria o novo governo a começar seus ataques à economia nacional e aos explorados pela destruição do sistema previdenciário público em favor do privado (capitalização individual). Era esperado, portanto, que Bolsonaro assumisse como uma de suas primeiras tarefas a realização da reforma da previdência, iniciada pela ditadura civil de Temer.

A burocracia sindical se sentiu confortável pelo fato de as divisões no aparato do Estado e na política burguesa ter inviabilizado a votação do projeto de Temer. Disse que foi uma vitória dos trabalhadores, e ficou por isso mesmo. Agora, na campanha eleitoral, por mais que se disfarçassem os candidatos, tiveram de se declarar favoráveis à reforma da Previdência. Foi intensa a pressão da burguesia para que o novo governo retomasse o projeto de Temer ou apresentasse outro. Inclusive Haddad não fugiu à regra. Não faria uma reforma do tipo da de Temer, mas faria, nos moldes defendidos pela oligarquia nordestina, desde o início do governo golpista. O candidato petista, ao não denunciar que os desequilíbrios fiscais não se deviam à previdência, mas, sobretudo, à sangria do Tesouro Nacional provocada pela dívida pública, demonstrou a disposição de trair os explorados, já antes do 1º turno.

Ocorre que o movimento operário e dos demais oprimidos foi desmontado depois da greve geral de 28 de abril do ano passado. A votação da reforma trabalhista e da lei da terceirização resultou em uma dura derrota para os assalariados. A burocracia sindical e o PT cantaram vitória no caso da Previ-

dência para ocultar sua incapacidade de enfrentar a ditadura civil de Temer, que acabou por abrir caminho a um bárbaro retrocesso nas relações trabalhistas. Bolsonaro completará essa obra antioperária com a imposição da reforma da Previdência, caso as centrais, os movimentos e as correntes de esquerda não partirem imediatamente para a organização da luta nacional. Caso não se coloquem por retomar o marco da greve geral, que permitiu à classe operária se manifestar em todo o País, e imprimir seu caráter de classe ao movimento popular.

A reforma da Previdência é apenas uma das medidas reacionárias que estão por vir. Esse governo impulsionará ainda mais o plano de privatização e o entreguismo. Um dos maiores feitos, nesse sentido, em favor do imperialismo, foi a entrega das bacias do pré-sal às multinacionais petrolíferas. Os vendilhões do País, que se dizem patriotas, se valem do mesmo argumento que usam para alterar a previdência, como justificativa para alienar um dos recursos mais valiosos, que é o petróleo. Ou seja, que o Estado precisa se livrar de suas estatais e do controle das fontes de matérias-primas para obter o equilíbrio fiscal e incentivar os investimentos privados na economia. O dinheiro obtido pela venda de estatais e pelos leilões do pré-sal é imediatamente canalizado ao sorvedouro da dívida pública. Entregam-se às petroleiras as riquezas naturais e se transfere uma massa de recursos para o capital financeiro parasitário. E o País continua como grande devedor e mais submisso às imposições do imperialismo.

Bolsonaro prometeu não deixar pedra sobre pedra. Seus capangas evangélicos, ruralistas e policiais no Congresso Nacional começaram a desgavetar os projetos que estavam à espera de uma nova correlação de forças na governabilidade e no funcionamento do Estado. Uma das primeiras iniciativas foi a de tramitar a mudança da lei antiterrorismo. Já não basta o conjunto de leis que criminaliza os movimentos sociais e impede o livre exercício do direito de greve. A ultradireita burguesa trabalha por adotar uma lei que dê ao judiciário e à polícia o poder de proibir a existência de organizações como o MST, MTST, etc., bem como partidos que os dirijam ou os apóiem.

A lei antiterrorismo foi imposta ao Brasil pelo imperialismo, em particular pelos Estados Unidos. A direita burguesa e a própria esquerda, representada pelo PT, configurou essa lei para um fenômeno que não está presente no Brasil, a não ser pela ação governamental. A ultradireita procurou utilizá-la para classificar o MST e qualquer ação de massa que viole a propriedade privada como sendo atos de terroristas. Essa “interpretação” tem, a priori, a posição de que os movimentos de ocupação de terra, terrenos urbanos, prédios públicos e locais de trabalho devem ser colocados na ilegalidade e perseguidos como se fossem terroristas. Evidentemente, qualquer corrente política que defenda o método próprio dos explorados, entre eles, as ocupações, pode ser igualmente classificada de terrorista. Bolsonaro objetiva aprovar a lei antiterror com esse alcance, para melhor exercer seu governo ditatorial.

A tropa bolsonarista, com seus novos governadores e parlamentares, pôs em marcha também o projeto “Escola sem Partido”. A deputada eleita pelo PSL, Ana Caroline Campagnolo, dirigiu-se aos pais e aos estudantes para que denunciarem os professores, que, segundo ela, partidariam a sala de aula. O instrumento da “Escola sem Partido” é o da delação, perseguição e punição de professores que não seguirem a cartilha dos evangélicos sobre a família, sexualidade e educação moral.

Aproveitando o ensejo das eleições e a projeção da candidatura de Bolsonaro, a Frente Parlamentar Evangélica lançou um longo panegírico “Brasil para os Brasileiros” contra o suposto

“uso político-partidário das escolas e universidades públicas”. Segundo os ideólogos evangélicos e toda sorte de obscurantistas, é preciso acabar com aqueles “que preparam os jovens para a Revolução Comunista, para a ditadura totalitária, a exemplo da União Soviética e demais regimes sanguinários”. Essa inventiva lança o velho macarthismo norte-americano no Brasil.

O fundamento da “Escola sem Partido” consiste na supremacia da religião sobre a educação e a escola. Está aí por que se coloca pela abolição do direito de expressão, pela quebra da autonomia do educador e pela negação da escola científica. No interior da própria burguesia, há quem considera que são um exagero essas medidas da “Escola sem Partido”. O próprio Supremo Tribunal se viu obrigado a desautorizar a deputada bolsonarista. No entanto, dizem que tem sentido a bandeira de despartidarizar a educação. Assim, todos estão submissos à ideologia religiosa e ao reacionarismo político. É preciso pôr em pé uma campanha pela bandeira “Abaixo a Escola sem Partido!” Defesa incondicional da liberdade de expressão e de ensino. Pela escola pública, laica e científica.

É assombrosa, também nesse caso, a paralisia do movimento docente e estudantil. O que expressa a mesma política de contenção das lutas, no que diz respeito à reforma da previdência e às privatizações. A ultradireita ataca ao mesmo tempo em várias frentes, aturdindo os reformistas e burocratas sindicais que acreditaram que era possível barrar, pela via das eleições, o movimento bolsonarista. A forma de responder os ataques em múltiplas frentes é a de unir a maioria explorada e a juventude, sob a direção da classe operária. É um erro achar que os operários estão distantes, ou que nada têm a ver com a “Escola sem Partido”.

Os explorados, em geral, e a classe operária, em particular, estão diante de um governo ditatorial, embora tenha sido eleito. Para impor as várias medidas, está obrigado a reprimir qualquer resistência, que parta de qualquer camada da população. A lei antiterrorismo e a “Escola sem Partido” se voltam radicalmente contra as liberdades políticas. A eliminação das liberdades políticas, por sua vez, é a condição para o governo e a burguesia imporem suas diretrizes antinacionais e antipopulares. As liberdades democráticas, já bastante debilitadas, são flagrantemente violadas.

A política de conciliação de classes, encabeçada pelo PT e aliados, é responsável pelo avanço das restrições democráticas, uma vez que não foram capazes de combater a direita e a ultradireita burguesas, por meio da organização independente da classe operária. Nem mesmo o direito de greve, sistematicamente pisoteado, tem sido defendido pelos petistas. A aprovação da lei antiterrorismo, do governo Dilma Rousseff, e a criação da Força Nacional de Segurança Pública, no governo Lula, são provas cabais de sua adaptação às tendências ditatoriais da burguesia.

Qualquer demora em organizar a luta nacional contra o governo de Bolsonaro e as ações de sua camarilha no Congresso Nacional corresponde a uma traição às necessidades mais elementares dos oprimidos e às liberdades políticas. O mesmo se passará com as correntes de esquerda, caso permaneçam atadas ao que faz ou que deixa de fazer o PT. Há que se fazer um trabalho no seio da classe operária em defesa de suas reivindicações e contra o novo governo ditatorial e fascizante.

Abaixo a reforma da previdência!

Abaixo a lei antiterrorismo!

Abaixo a Escola sem Partido!

Abaixo o entreguismo antinacional!

Pela defesa da vida dos explorados!

Pelas liberdades democráticas irrestritas e incondicionais!

## A situação política mundial e as eleições no Brasil

# A crise mundial condicionará os rumos e medidas do governo fascistizante

Passados dez anos, desde a eclosão da crise capitalista mundial, em 2008, nada indica que se esteja em face a uma retomada da economia mundial. Isto é, perante a possibilidade da reprodução do capital em uma escala tal, capaz de equacionar a maciça destruição de valores realizada e equacionar, ainda que conjunturalmente, a lei tendencial da queda da taxa média do lucro monopolista, e o peso do parasitismo financeiro sobre o conjunto da economia mundial.

Esse fenômeno econômico fundamental da fase de decomposição do capitalismo foi claramente exposto à luz do dia com a queda da bolsa norte-americana, em meados de outubro. O índice Dow Jones (indústria) sofreu uma queda de -2% (500 pontos). O S&P (setor financeiro) caiu menos 1,3%, e o NASDAQ (empresas informáticas e tecnológicas), menos 1,8%. Tais quedas refletiram as maciças vendas de valores realizadas após perdas bilionárias de 3M, Caterpillar, Ford, Apple, Netflix e Amazon. No caso específico do Dow Jones, registraram-se perdas por mais de 1.300 pontos em pouco mais de dois dias, liquidando os ganhos de todo o ano. A queda da economia norte-americana projetou-se imediatamente na Europa (-1,5%) e Ásia (-2,5%). Segundo o FMI, tal situação abalou as previsões de crescimento mundial, que caíram de 3,9% para 2%.

A queda das bolsas projetou um massivo deslocamento de capitais pelo mundo todo. De fato, houve, nos últimos dois anos (que coincidem precisamente com a alta mundial da economia nesse período), um crescimento desproporcional nos investimentos nos mercados imobiliários dos Estados Unidos, Oriente Médio e Ásia, especialmente na China. Assim como uma corrida especulativa no setor GAFA (Google, Apple, Facebook, Amazon), alavancando uma “sobrevvalorização” de ativos.

Diante dessa situação, reconhecidos economistas burgueses passaram a alertar sobre um violento reajuste na valorização dos ativos de inúmeras empresas do país e no mundo e sobre a crescente “volatilidade” dos mercados financeiros, criando um cenário semelhante ao que precedeu à explosão da crise de 2008. É parte ainda dessa avaliação o fato de que a dívida pública mundial está na casa dos 164 trilhões de dólares (225% do PBI mundial) e os déficits dos Estados são, na atualidade, muito superiores ao período de pré-crise de 2008. O que quer dizer que as margens para as movimentações especulativas são mais estreitas, e as consequências, mais brutais.

A crise de superprodução atingiu níveis tão críticos que não mais é possível aos monopólios e ao capital financeiro alavancar a reprodução ampliada de valores nas mesmas condições econômicas anteriores. Eis por que, apesar do agravamento das condições econômicas, não haverá como pôr um freio ao parasitismo financeiro sobre as semicolônias. É o que já se observa com a investida política sobre os Estados e as economias nacionais, exigindo-lhes a sustentabilidade das dívidas, o avanço das desnacionalizações e a abertura das fronteiras para a exploração indiscriminada dos mercados internos.

Os Estados Unidos continuam como o carro chefe dessa

nova fase da crise mundial. A ruptura do “multilateralismo”, aplicado sob o governo Obama, significa a disposição do imperialismo norte-americano de impor suas condições à força de seu poder econômico (ruptura de acordos) e das armas. A América Latina é considerada uma região estratégica, de forma que caberá às suas semicolônias continuarem a arcar com um maior saque de suas economias e recursos nacionais. Ou seja: devem se curvar ainda mais perante os ditames do imperialismo.

É em meio a essas convulsivas condições mundiais que deve ser avaliada e compreendida a mudança na situação política no Brasil, que se operou com a chegada do ultradireitista, fascistizante e abertamente pró-imperialista ao comando do Estado, com a vitória eleitoral de Bolsonaro. No momento de avanço da decomposição das relações econômicas e da reação imperialista em toda a linha, operam-se mudanças radicais no caráter, forma e métodos do governo burguês. A destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários, o brutal rebaixamento do preço da força de trabalho, a completa entrega de recursos estratégicos (petróleo, gás, energia, etc.), as privatizações nas mais diversas áreas econômicas, a entrega da Amazônia à exploração agroindustrial, o fortalecimento do obscurantismo e a militarização das relações políticas e sociais assinalam as vias traçadas pela burguesia para a crise.

Como se vê, as tendências ditatoriais da burguesia brasileira se gestaram e ganharam projeção nas condições convulsivas, criadas pela crise mundial capitalista, bem como na sua particular incidência sobre o Brasil e a América Latina. Destaca-se a ofensiva do imperialismo para descarregar violentamente suas brutais consequências sobre as costas dos explorados e oprimidos. A centralização ditatorial e autoritária serve a esses objetivos. O que coloca a tarefa, para a vanguarda e a classe operária, de se preparar desde já para combater o governo direitista e ditatorial de Bolsonaro, como parte da luta mais geral do proletariado mundial contra a burguesia imperialista. A necessidade objetiva de constituição da frente única anti-imperialista está plenamente colocada. O problema está na ausência de uma direção revolucionária e a persistência da política de colaboração de classes, embora esteja em conflito com as necessidades dos explorados.

A ascensão de um governo ditatorial obrigará o PT e seus aliados a manobrar, exercendo uma oposição mais ofensiva. Caso contrário, a passividade levará os explorados a transbordar os aparatos de contenção. De qualquer forma, a vanguarda estará diante de uma nova experiência, favorável à defesa do programa e da estratégia do proletariado. Qualquer avanço na luta de classes no Brasil impulsionará a luta dos explorados latino-americanos contra a marcha fascistizante da política burguesa em toda parte. É nessas condições que se colocará a necessidade de superar a crise de direção mundial do proletariado e avançar na reconstrução de seu partido mundial.

## Elevação de Moro ao poder

Uma das primeiras decisões de Bolsonaro foi a de entregar a pasta da Justiça ao juiz Sérgio Moro. O seu poder será enorme. Como parte da reforma ministerial, a Justiça centralizará o Ministério da Segurança Pública, a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da República, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, etc. Sob a condução do chefe da Operação Lava Jato, Bolsonaro dá um primeiro passo no sentido de um governo amparado nos órgãos de repressão, que foram fortalecidos pela ditadura civil de Temer. Os aparatos policial, militar, inteligência e procuradoria serviram à reorganização da ultradireita, que se gestou no interior da classe média, pequenos e médios capitalistas, latifundiários e grupos do agronegócio. Confluíram, com esse aparato, as igrejas evangélicas e parte da igreja católica.

A Lava Jato foi um importante instrumento para o golpe de Estado, que derrubou o governo do PT. Acabou, finalmente, servindo à candidatura do ultradireitista Bolsonaro. O envolvimento de homens como o juiz federal Sérgio Moro e procurador Deltan Dallagnol na ascensão do fascista Bolsonaro esteve na razão direta do poder policial e projeção política que a Operação Lava Jato lhes conferiu, cassando os petistas e concluindo com a prisão de Lula. Tamanha força somente poderia ser obtida com o imperialismo por trás. Não demorou em evidenciar o vínculo de Moro com os Estados Unidos.

O trabalho de Sérgio Moro para quebrar o PT, agora, é muito bem recompensado pela camarilha que se aglutinou em torno a Bolsonaro. Está previsto o primeiro salto do juiz de 1ª instância de Curitiba para o ministério superreforçado, e daí para o Supremo Tribunal Federal. A Operação Lava Jato está, portanto, encerrada. Os rescaldos vão sendo resolvidos sem os escândalos políticos que marcaram sua trajetória desde que foi criada, em 2014. A última interferência, nesse sentido, foi a publicação das delações do bandido Antônio Pallocci, ex-petista, autorizada por Moro para ajudar Bolsonaro em sua campanha hipócrita de eliminação da corrupção na política burguesa e nas instituições estatais.

Certamente, Moro passou a ser venerado por ter também atingido empresários e políticos de outros partidos, a exemplo do ex-presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha. Ocorre que não havia como atingir somente a corrupção petista, uma vez que a ela estavam integradas as quadrilhas do MDB e PSDB, bem como de outros partidos do “centrão”. Sua grande obra, no entanto, foi a de fulminar o PT, condenando Lula à prisão e cassando seus direitos políticos. O juiz de Curitiba conseguiu um feito extraordinário, que foi o de montar um processo em que não se tem prova material do crime. O que só foi possível porque contou com o apoio da burguesia e seus meios de comunicação, dos partidos que deram o golpe de Estado e da Justiça. Sem essa composição de forças, a fraude processual não seria eficaz para impedir que Lula fosse o candidato do PT. Bolsonaro e sua camarilha, comandada por Paulo Guedes, Onyx Lorenzoni e Hamilton Mourão já haviam conspirado com Moro, aguardando a vitória final para colocá-lo em um posto chave do governo. As denúncias do sítio de Atibaia, divulgadas a três dias das eleições, o atestam.

O PT, desconcertado e impotente, denunciou a “parcialidade” de Sérgio Moro e voltou a pleitear o Habeas Corpus de Lula no Supremo Tribunal. A esperança de que, passadas as eleições, o ex-presidente poderia ter sua pena amenizada, desmoronou. Tudo indica que Bolsonaro e sua camarilha farão de tudo para agravar o encarceramento de Lula. A campanha pela libertação de Lula saiu enfraquecida com a derrota de Haddad, ainda que tenha con-

seguido arrastar 47 milhões de eleitores. É preciso ter claro que o superministério da Justiça é apenas uma parte de um governo, que se apoiará com uma mão nas Forças Armadas e com a outra no Congresso Nacional reacionário. A repressão policial-militar caracterizará esse governo.

A política de conciliação de classes do PT será um obstáculo à luta da classe operária e demais explorados, que arcam com o desemprego, subemprego, pobreza, miséria e desintegração social. Antes que Bolsonaro assuma plenamente a governabilidade, é preciso que as centrais sindicais e os movimentos camponês, popular e estudantil se organizem no campo da independência de classe, com os métodos de luta do proletariado, e com o programa anticapitalista e anti-imperialista.

## Mensagem de Haddad a Bolsonaro

Logo após a apuração, a imprensa criticou Haddad por não ter reconhecido a derrota e dado parabéns ao adversário. Incontinentemente, o petista publicou a seguinte nota: “*Presidente Jair Bolsonaro. Desejo-lhe sucesso. Nosso país merece o melhor. Escrevo essa mensagem, hoje, de coração leve, com sinceridade, para que ela estimule o melhor de todos nós. Boa sorte!*” O vencedor respondeu: “*Senhor Fernando Haddad, obrigado pelas palavras! Realmente o Brasil merece o melhor.*”

Que nome se pode dar à medida de Haddad? Traição àqueles que votaram convencidos pela propaganda petista de que se tratava de defender a democracia contra o fascismo? Leviandade pequeno-burguesa? Diplomacia de um derrotado nas urnas? Fineza de um candidato diante da vitória do adversário? Qualquer uma das respostas leva à mesma conclusão: capitulação. O mais importante é saber por que Haddad se sujeitou a uma humilhação tão vergonhosa. O vencedor aproveitou para tripudiar: “*Realmente o Brasil merece o melhor.*”

A mensagem capituladora expôs a medula da política de conciliação de classes do PT. Isso, nas condições em que foi vítima de um golpe de Estado, da prisão de Lula sem provas, do atentado à caravana pela libertação de Lula, da ameaça de Bolsonaro de prender o próprio Haddad, e da campanha sórdida dos bolsonaristas. Tudo isso se deve à subserviência do PT e aliados à democracia burguesa, em cuja base estão a propriedade privada dos meios de produção, o domínio dos monopólios, a brutal exploração do trabalho e opressão dos camponeses pobres. E, por cima, está o imperialismo, que saqueia a nação oprimida, com a conivência da burguesia nacional.

Haddad, o PT, aliados de primeira hora e aliados de segundo turno procuraram convencer os explorados que a disputa se dava entre fascismo e democracia. Como se a ultradireita, representada por Bolsonaro, não fosse uma criação da própria democracia burguesa, que se revela impotente diante do capitalismo em desintegração e da agudização da luta de classes. O golpe de Estado e instalação da ditadura civil de Temer se gestaram nas entranhas do Estado de Direito, do Congresso Nacional e do poder Judiciário. A candidatura da ultradireita é parte desse processo. Somente não vê quem está amarrado à política burguesa, às relações oligárquicas, que perpassam as instituições do Estado e aos ditames do imperialismo.

Como é que o candidato antifascista pode desejar “sucesso” ao fascista? Como pode estar com “o coração leve”, se amanhã o governo ditatorial imporá novas reformas pró-imperialistas, antinacionais e antipopulares? Se amanhã Bolsonaro intervirá nos sindicatos, cassará o MST e atacará as manifestações? Essas ações

foram anunciadas nas eleições. Mas, mesmo assim, o candidato petista, indicado por Lula, terminou a jornada eleitoral com o “coração leve” e com disposição de mostrar sinceridade no propósito de sua mensagem.

Se fosse apenas palavreado do petista, o vento se encarregaria de desfazer. Ocorre que o reformismo continuará sendo uma trava à organização independente da classe operária. Tudo fará para limitar o descontentamento dos explorados à oposição parlamentar. A militância que acabou se perfilando em torno à candidatura de Haddad, como se de fato fosse um canal de luta antifascista, tem de reagir imediatamente ao oposicionismo burguês e colocar-se por uma frente única de combate ao governo ditatorial, antinacional, antioperário e antipopular.

## Bolsonaro segue a ditadura civil de Temer

O melhor para Bolsonaro é iniciar o seu governo sem ter de enfrentar a resistência dos explorados à reforma da previdência. Essa é a meta a ser alcançada e a mais desejada pela burguesia. Temer se dispôs a fazer tudo que estiver ao seu alcance para convencer os parlamentares a votarem o projeto já elaborado e já discutido no Congresso Nacional.

A ambição do ministro da Fazenda Paulo Guedes é maior do que a do governo de Temer, que se guiou pelo pragmatismo. Mesmo assim, as divisões no interior dos partidos, das oligarquias regionais e da burocracia de Estado, seguidas do rechaço da população à destruição de um direito fundamental, inviabilizaram a adoção da reforma arquitetada a várias mãos.

Temer se deu por vitorioso com a aprovação da Lei da Terceirização e a reforma trabalhista. A ditadura civil prestou um inestimável serviço aos capitalistas. Não escondeu, porém, a frustração em ter de suspender o trâmite da reforma da previdência. Compensou-a com a intervenção militar no Rio de Janeiro, que constitucionalmente impossibilitava o Congresso Nacional de votar qualquer emenda dessa natureza.

Guedes planeja não apenas alterar a idade mínima e o tempo de contribuição para o trabalhador se aposentar. Pretende desmontar o sistema da previdência garantida pelo Estado e sustentada pelas contribuições do assalariado e do empresariado. Em seu lugar, deve se instalar uma previdência inteiramente privada e sustentada pela contribuição do assalariado.

O ministro de Bolsonaro se inspira na previdência imposta pela ditadura de Pinochet. É bom lembrar que Guedes, como agente do capital financeiro, contribuiu com seu talento de saqueador do povo para que o regime fascista instalado no Chile se firmasse. Agora, tem a pretensão de reproduzir o bárbaro experimento chileno, em um país como o Brasil, imenso, populoso e marcado pela vasta pobreza e miséria das massas.

Até mesmo setores da política burguesa temem o desmonte geral e abrupto do sistema previdenciário brasileiro, preferindo limitar as mudanças que garantam uma portentosa economia. Temer trilhou esse caminho, mas, como vimos, teve de abandoná-lo perante a enorme cisão em suas próprias bases. Bolsonaro dará continuidade a sua obra inacabada e iniciará outra.

O próprio Guedes chegou à conclusão de que é melhor aprovar a reforma da Previdência ainda no governo que finda, livrando o novo governo de se chocar imediatamente com a população. Bolsonaro também está convencido de que Temer poderá prestar um valioso serviço ao seu governo e aos capitalistas. Em troca, já ofereceu a Temer um cargo no futuro governo, para livrá-lo da prisão.

As cartas estão postas sobre a mesa. Abrem-se as negociatas para viabilizar a reforma de Temer. Sem que se erga imediatamente um movimento dos explorados, a possibilidade de Bolsonaro se valer do presente oferecido pelo governo golpista aumenta. A resposta, portanto, das centrais sindicais e dos movimentos é imprescindível para enfrentar o complô de Temer e Bolsonaro. O problema está em que o movimento sindical, camponês, popular e estudantil está sob o controle de petistas e de partidos como PCdoB, PDT, PSB, que formam a oposição burguesa.

Trata-se de erguer no alto a bandeira de “Nenhuma reforma da previdência”, “Abaixo a reforma da previdência de Temer-Bolsonaro”.

## Ofensiva reacionária

Aproveitando o clima de vitória eleitoral, os asseclas de Bolsonaro no Congresso Nacional desgavetaram alguns dos projetos antidemocráticos e obscurantistas. São os casos da lei antiterrorismo, Escola sem Partido, redução da maioria penal e desarmamento. Esse conjunto indica o caminho ditatorial que percorrerá o novo governo.

O relator da proposta que altera a lei antiterrorismo, o pastor-senador Magno Malta, procurou reanimar a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para retomar o trâmite da votação. Lembremos que essa lei foi aprovada no governo de Dilma Rousseff, que atendeu às pressões do imperialismo. Os bolsonaristas pretendem que os senadores incluam nessa lei a criminalização de movimentos que recorrem às ocupações, como é o caso notório do MST.

Bolsonaro colocou como um dos eixos de sua campanha o crudescimento da intervenção militar-policial do Estado no movimento operário, camponês e popular. Evidentemente, mirando o MST por ocupar terras e dependências públicas. O fato é que já existem leis mais do que suficientes para proteger a propriedade privada dos capitalistas e o Estado.

A lei antiterrorismo permite uma ação repressiva incisiva, que praticamente acaba com o direito de defesa dos incriminados. Espera-se, assim, dissolver organizações como o MST, colocando-o na ilegalidade. O que facilita implicar qualquer corrente política

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR



que o apóie. Ao tipificar o MST como organização terrorista, coloca a sua dissolução. Essa é uma antiga exigência da direita tradicional, assumida plenamente pela ultradireita.

Ao mesmo tempo em que Malta se movimentava no Senado e na Câmara dos Deputados, a Comissão Especial encarregada do projeto Escola Sem Partido, cujo relator é o deputado Flávio Augusto da Silva e cujo promotor evangélico é o deputado Marco Feliciano, foi acionada para impulsionar seu trâmite. As duas investidas não tiveram êxito, neste momento, mas mostraram que a reação em toda a linha voltará com mais força. O objetivo é o de aproveitar o fim do governo de Temer para aprovar esse e outros projetos, como o do porte de armas e da redução da maioria penal.

Essa plataforma bolsonarista – religiosa, de segurança e ruralista – não está no cerne dos interesses do capital financeiro, que se concentra na política econômica (dívida pública, déficit fiscal, distribuição orçamentária, privatizações, alinhamento com o imperialismo, reforma da previdência, etc.). Melhor seria aprová-la ainda no governo de Temer, bem como a reforma da Previdência. Bolsonaro tem uma meta central, que é a de avançar as reformas antinacionais e antipopulares.

Os explorados e a juventude vão ter de combater o governo obscurantista com as bandeiras das liberdades democráticas, mas vinculadas às bandeiras de defesa da nação oprimida contra a opressão imperialista, contra os ataques à vida da maioria e em defesa do programa de expropriação do grande capital.

## Alinhamento às diretrizes de Trump

Desde que se projetou eleitoralmente, Bolsonaro anunciou uma virada na política exterior. Declarou admiração a Trump, atacou a China, declarou que pretende romper relações com Cuba, e usou a Venezuela como espantalho a ser queimado em praça pública. Não poderia fazer um melhor gesto de apego ao imperialismo norte-americano do que denunciar a ofensiva econômica dos chineses sobre o Brasil e eleger como principal inimigo na América Latina o governo nacional-reformista venezuelano.

Bastavam essas referências para ganhar aplausos de Trump. Mas, foi muito além, anunciou que seu governo transferirá a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém. O alinhamento aberto ao sionismo, seguindo a política norte-americana, completou a face ultradireitista do governo Bolsonaro. Está, assim, absolutamente claro que Trump ganhou um aliado de peso na América Latina, e poderá ajudá-lo em sua política intervencionista em toda parte.

A ultradireita burguesa, mais ainda que a direita, leva o servilismo às últimas consequências. O que expressa a decomposição da direita tradicional, ou da centro-direita, e a impotência do nacional-reformismo. Bolsonaro poderá influenciar um bloco de países que já estão amarrados aos Estados Unidos e prontos para auxiliar o cerco de Trump à Venezuela, principalmente. Resta pouco do nacional-reformismo na América Latina.

A derrubada do governo petista pelo golpe de Estado – dentre os governos dessa família, o mais adaptado às pressões do imperialismo – a prisão de Lula e agora a derrota eleitoral de Haddad desintegrou o débil laço entre os regimes da Venezuela, Bolívia, Equador, Nicarágua e Cuba. A eleição de Obrador, pelo Partido Revolucionário Democrático (PRD), no México, veio tardiamente, e nasceu comprometida a cooperar com os Estados Unidos. O essencial está em que a ascensão da ultradireita no Brasil é parte de uma virada mundial no seio da política burguesa.

A América Latina segue esse movimento, que pende a consti-

tuir governos autoritários, de características bonapartistas e fascizantes. Obrigatoriamente, apóiam-se no imperialismo norte-americano e, em especial, na política internacional dos republicanos. O anúncio de Bolsonaro, de que pretende estabelecer uma nova aliança econômica e comercial, tendo por base as diretrizes de Trump e os acordos transpacíficos já existentes, assustou setores da burguesia brasileira. Não viram com bons olhos a ideia de secundarizar o Mercosul e de afrouxar os laços com a Argentina. A utilização do Chile de Piñera para passar ao largo da Argentina de Macri – ambos os governos são de direita – soou estranho e desnecessário. O significado do gesto está no sentido do alinhamento com os Estados Unidos, que viram no Mercosul uma espécie de protecionismo, embora servisse às multinacionais. A possibilidade de acordos com os europeus não é bem vista por Trump, que rompeu a diretriz do multilateralismo dos democratas. A bandeira de Bolsonaro que a “China pode comprar do Brasil, mas não pode comprar o Brasil” é ditada pela guerra comercial de Trump. Um dos setores mais bem afinados com Bolsonaro – o agronegócio – mostrou o prejuízo que causaria à economia brasileira e aos interesses desses setores uma desavença com a China, que se tornou o maior importador de commodities e maior parceiro comercial do Brasil.

Esses primeiros arroubos em favor do imperialismo norte-americano e da política de Trump evidenciaram que os choques entre as frações da burguesia podem se acirrar, em vez de amenizar. O que favorece a luta dos explorados, que devem se colocar já de início contra as reformas antinacionais e antipopulares do novo governo. Caso contrário, sofrerão ainda mais com os novos ataques às suas condições de existência. As bandeiras de defesa da economia interna, da independência nacional, de expropriação do grande capital e ruptura com o imperialismo estarão plenamente colocadas. É imprescindível propagandear, agitar e explicar a tática proletária da frente única anti-imperialista.

## Pacificação burguesa

Terminada a belicosidade verbal, a burguesia cobrou de Bolsonaro e de Haddad a pacificação do País. A recomendação vem acompanhada da explicação de que a crise econômica ainda não foi debelada, o desemprego continua alto, a dívida pública deve ser equacionada e o déficit público resolvido. Uma das condições para a pacificação é a de se chegar a um acordo em torno da reforma da Previdência. De um lado, o vencedor respeitaria o direito de oposição da minoria, e, de outro, a minoria derrotada reconhecera a legitimidade dada nas urnas pela maioria. Espera-se que Bolsonaro tenha uma relação harmônica com o Congresso Nacional e que a oposição possa exercer a crítica e o controle sobre o governo. O governo deve reconhecer a função de cada poder do Estado, respeitando a Constituição.

Bolsonaro respondeu que sim: “vou buscar pacificar o nosso Brasil. Nós vamos pacificar. Sem eles contra nós e nós contra eles. Nós temos como fazer políticas que atendam o interesse de todos”. Haddad, por sua vez, declarou: “vamos continuar nossa caminhada e nos reconectando com as bases. Daqui a quatro anos, teremos nova eleição”.

Com esse palavreado, tomou-se como possível a distensão pós-eleitoral. Ao contrário da generalidade abstrata do discurso do vencedor, o derrotado foi concreto. Indicou, com certeza, que, daqui a quatro anos, ocorrerão novas eleições. O que quer dizer que a democracia burguesa estará segura sob o governo de Bolsonaro, que nas eleições foi tachado de ditatorial e fascista. Isso quer dizer que, se depender de Haddad, o PT tudo fará em favor de estabilização do governo, exercendo uma oposição no marco do Congresso Nacional.

É sintomático que, nem bem as eleições terminaram, o PT anun-

ciou Haddad como o pivô da oposição ao governo de Bolsonaro. Reagindo à pretensão “hegemônica” dos petistas, PDT, PSB e PCdoB expuseram sua disposição de formar um bloco oposicionista à parte. O PDT, em particular, saiu do pleito profundamente magoado com Lula por ter inviabilizado a candidatura oposicionista em torno de Ciro Gomes. O PSB se alinhou ao PT em função de alguns acordos regionais, a exemplo de Pernambuco. Mas, isso lhe custou graves choques internos. A sua ala direita, liderada por Márcio França, que concorreu a governador do Estado de São Paulo, procurou desvincular-se do PT, carimbado de corrupto. O PCdoB não passou de um figurante na campanha petista, ocupando o lugar honorífico de vice de Haddad. Também pesou a disputa regional, como a do estado do Maranhão, onde estava em jogo a reeleição de Flávio Dino. Segundo o PDT, o novo bloco fará oposição “propositiva”. Em outras palavras, vão colaborar com o governo, que até ontem era classificado de “coiso”, fascista. Está claro, portanto, se depender dessa oposição, que vai do PT ao PDT, Bolsonaro terá as mãos livres para impor sua política antinacional e antipopular.

É próprio da política burguesa considerar a disputa eleitoral, por mais violenta que seja, um acontecimento que deve ficar no passado, após o pleito. Os explorados são arregimentados e divididos entre as várias candidaturas da ordem capitalista. Terminadas as eleições, voltam ao leito normal da exploração, dos baixos salários, da pobreza e da miséria. Ao candidato vencedor, cabe conduzir o Estado que mantém por meio da democracia a escravidão da maioria. Quando os explorados se rebelam, são acusados de violar essa democracia e, por isso, o governo usa as Forças Armadas e a polícia para conter a revolta.

A bandeira de “pacificação”, que foi aceita sem nenhuma contestação por Haddad e por toda oposição burguesa, é uma ameaça de Bolsonaro e da burguesia à classe operária e aos demais oprimidos. Pacificar significa unir as frações burguesas e todas suas variantes políticas em torno do governo que irá descarregar a crise do capitalismo em decomposição sobre as massas. Está aí por que é preciso denunciar a “pacificação” antioperária e antipopular. E rechaçar a convivência da oposição burguesa e pequeno-burguesa com a diretriz de unidade nacional em torno do governo de Bolsonaro. Nossa bandeira se resume em Abaixo o governo ditatorial de Bolsonaro! Por um governo operário e camponês!

## Enfrentar o governo ditatorial com a luta de classes

O PT almeja um rearranjo das forças de esquerda que se opuseram a Bolsonaro. Não faz senão insistir na “frente democrática”. Já não fala nos termos do perigo do fascismo. A “frente democrática” abarcaria os partidos, centrais sindicais, movimentos, etc. que fariam oposição parlamentar às medidas que representassem retrocessos políticos e atingissem direitos dos trabalhadores. Os primeiros sinais, nesse sentido, foram negativos. Está em formação um bloco liderado pelo PDT, que quer manter alguma distância da pretensa hegemonia petista.

A “frente democrática”, por sua natureza, se apoia no descontentamento das massas para canalizá-las às disputas parlamentares, e

barrar a via da luta de classes. A defesa estratégica da democracia burguesa implica condicionar a revolta latente dos oprimidos às decisões do Congresso Nacional, cova de bandidos.

As esquerdas que acabaram se alinhando por trás da candidatura de Haddad, no segundo turno, pedem a constituição de uma frente única de mobilização. Fala-se em unificar os trabalhadores sobre a base de um programa mínimo. Entre as reivindicações, estaria a rejeição à reforma da Previdência. Esse tipo de frente, sem dúvida, é distinto da “frente democrática”. Se as centrais sindicais, os movimentos e as esquerdas se lançassem imediatamente a organizar os explorados, com suas reivindicações e métodos próprios de luta, se daria um importante passo no combate à ofensiva da burguesia e do novo governo.

Ocorre que a defesa de tal frente única exige uma campanha no seio da classe operária contra a política de conciliação de classes, encarnada pelos petistas, pecebodistas, burocracia sindical e dirigentes dos movimentos camponês e popular. A esquerda capituladora é pródiga em defender a frente única, sem travar o combate aos obstáculos que se encontram no interior dos movimentos e sindicatos. De experiência em experiência, observa-se que a esquerda pequeno-burguesa se constitui como uma fração burocrática esquerdizante. Está aí por que não toma a iniciativa, a partir de seus próprios sindicatos, em iniciar o movimento de frente única. É o que ocorre com o PSTU, que controla a Conlutas, e o PSOL, a Intersindical.

Tudo indica que o PT, PCdoB, PDT e PSB evitarão chamar a classe operária, os camponeses e a juventude a enfrentar o governo fascizante. E as esquerdas, por sua vez, ficarão gritando por uma frente única, sem precisar mexer uma palha à sua construção. Esse jogo, que se realiza condicionado pela polarização eleitoral, no entanto, logo ficará descoberto aos olhos dos explorados.

Bolsonaro é produto de uma grande crise econômica e política, em cuja base se encontra a luta de classes. Não demorará muito para se chocar com as necessidades mais elementares da maioria oprimida. Sua política, voltada a atender aos interesses do imperialismo, em particular, aos dos Estados Unidos, será um fator de recrudescimento da opressão nacional.

A vanguarda com consciência de classe e socialista tem de se colocar, imediatamente, pela constituição de uma frente única anti-imperialista, dirigida pelo proletariado. As reivindicações econômicas essenciais das massas e as que levam à defesa das liberdades democráticas projetam a luta pela independência nacional, que somente será conquistada pela revolução proletária. A constituição de uma frente única pelas reivindicações elementares e de combate ao governo ditatorial fascizante de Bolsonaro, certamente, prepara o caminho para a frente única anti-imperialista. Temos de nos empenhar ao máximo em sua organização. O que exige, como primeira medida, organizar a vanguarda no campo da independência de classe, combatendo a daninha política de colaboração de classes do PT e aliados.



**ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:**

## 100 anos da Revolução Russa

A primeira revolução socialista colocou a via da tomada do poder pelo proletariado e a abertura da transição do capitalismo para o socialismo. Este livro procura expressar os 100 anos da Revolução Russa sob a bandeira da IV Internacional e da tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

R\$ 35

## Aristocracia burguesa premiada

Os Ministros do Supremo Tribunal Federal vão receber um salário de R\$ 39,2 mil. O Senado aprovou um reajuste de 16,38%. Fantástico aumento! Exuberante salário! Acrescenta-se uma enorme quantidade de benefícios, e a conta para o erário público vai às nuvens. O Judiciário consome uma fábula de recursos para sustentar o seu parasitismo. Não é, certamente, o único poder que se vale desse expediente. O mesmo se passa no Executivo e no Legislativo. É assim porque existem para garantir o domínio da minoria exploradora sobre a maioria explorada.

As massas carregam em suas costas uma gigantesca sanguessuga. Cerca de 45 milhões de brasileiros vivem com menos de um salário mínimo. Lembremos que, em janeiro, o reajuste do salário mínimo foi de 1,81%, em valor absoluto, R\$ 17, passando, de R\$ 937, para R\$ 954. Milhões de aposentados urbanos – 53% recebem 1 salário mínimo; no campo, são 98%. Esses valores explicam porque o Brasil é um País de vasta miséria.

A casta de juízes, que passa receber um salário de R\$ 39,2 mil, não escandaliza a burguesia e seus políticos. O Senado, que também é formado por uma aristocracia oligárquica, atende aos interesses da casta do judiciário sem se importar minimamente com o precipício entre os salários dessa camarilha de nababos e os milhões que recebem de 1 a menos de 1 salário mínimo. É mais do que vergonhosa a argumentação de que em troca do aumento de 16,38%, os ministros concordam em rever benefícios como o auxílio-moradia, que corresponde a 4,58 salários mínimos por mês para cada um.

A classe operária e demais oprimidos devem responder a esse acinte ao povo com a defesa de um salário mínimo vital, que, segundo os cálculos conservadores do Dieese, é de R\$ 3.783,39. O problema, como se vê, não está apenas nos privilégios que os representantes da burguesia no Estado usufruem, mas também na ausência de um movimento dos explorados em defesa do salário mínimo vital. Isso se deve ao fato dos sindicatos estarem controlados pela burocracia sindical, que, por sua vez, constitui uma casta privilegiada, na base da pirâmide social.

A revolução proletária, que cedo ou tarde derrubará a burguesia do poder, eliminará os privilégios, extinguindo a divisão de classes. Enquanto isso, é dever revolucionário defender a vida da maioria, empunhando bandeiras como o salário mínimo vital. A organização da luta contra a brutal exploração capitalista prepara o caminho para a classe operária dirigir um movimento de maioria oprimida em direção ao poder do Estado.

## Presentão de Temer às montadoras

Para evitar que a Medida Provisória (MP 843/18) perdesse a validade, com o esgotamento do prazo em meados de novembro, Temer apressou a Câmara de Deputados a aprovar o Programa Rota 2030, que estabelece um novo regime automotivo. As multinacionais pressionaram Temer para que se concluísse a adoção da MP, sem que tivesse de retomá-lo no início do novo governo. O presente resultará em um subsídio fiscal de R\$ 7,2 bilhões, segundo estimativas. Trata-se de uma substituição do Inovar-Auto, criado no governo de Dilma Rousseff. A diferença está em que o subsídio fiscal do Inovar-Auto determinava que as multinacionais tinham de incentivar a produção local. O programa de Temer, Rota 2030, estende o subsídio para as importadoras, assim estaria resolvida a pendência com a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Põe na lata do lixo os semi nacionalismo e semi protecionismo do governo petista. Mas, se mantém a essência, que é a de subsidiar as poderosas montadoras, que se valem da mão-de-obra mais barata, dos preços mais elevados e das vantagens oferecidas pelo governo. A burocracia sindical de São Bernardo do Campo, cutista e petista, se empenhou enormemente para que Dilma promovesse o Inovar-Auto. O argumento era o de que possibilitaria o investimento das montadoras em inovações tecnológicas e garantia de empregos. Na realidade, nenhum desses motivos era verdadeiro. O aperfeiçoamento tecnológico é decidido pelas matrizes. É bem conhecido que as técnicas mais avançadas permanecem sob o controle do monopólio internacional. As adaptações realizadas nas filiais, onde, em geral, se aplicam tecnologias ultrapassadas, são resolvidas na matriz. Quanto à proteção do emprego, não passou de uma vergonhosa mentira da burocracia sindical para enganar os metalúrgicos e evitar a luta contra as demissões em massa e a aplicação da flexibilização capitalista do trabalho. Derrubado o governo petista, a ditadura civil de Temer não só manteve o subsídio às montadoras, como o estendeu aos importadores. É bom lembrar também a medida que desonerava a folha de pagamento, em favor dos capitalistas e em detrimento do trabalhador.

O montante de subsídios, somado à sonegação fiscal e a uma enorme dívida de empresários com o fisco, cobriria folgadoamente o suposto déficit da Previdência. Nada disso evitou a crise econômica, a recessão e a estagnação, bem como o desemprego massivo. O certo é que as multinacionais e os capitalistas brasileiros parasitam o Tesouro público. Essa é a fonte da gigantesca dívida pública e do montante de juros, que sangram os cofres públicos e bloqueiam o desenvolvimento das forças produtivas.

É preciso denunciar e rechaçar tanto o Inovar-Auto quanto o Rota 2030.



**Bancada Evangélica lança manifesto “O Brasil para os brasileiros”**

## **A religião a serviço de um governo ditatorial e fascistizante**

No dia 24 de outubro, a Bancada da Bíblia divulgou um documento que anuncia “um novo Brasil, que ora se descortina pela revolução democrática advinda do processo eleitoral em curso”. Afirma seu peso ao enumerar que possui 180 congressistas, entre os 513 deputados e 81 senadores que expressariam os 45 milhões de eleitores evangélicos.

A essência do documento é o alinhamento da bancada sob a agenda econômica de Paulo Guedes, que expressa a total submissão ao capital financeiro. Das 60 páginas, 51 enumeram as propostas para a economia. As últimas 9 destilam o obscurantismo fascistizante da Escola Sem Partido e reproduzem as orientações privatistas do Banco Mundial para a Educação.

O manifesto inicia sugerindo uma nova reforma política, que quebre o “monopólio da representação exercido pelos partidos políticos”, como se isso fosse a causa pela corrupção que, na realidade, é constitutiva da política burguesa. O documento divide-se nos eixos “modernização do Estado”, “segurança jurídica”, “segurança fiscal” e “revolução na educação”.

### **Por trás da bíblia, os ruralistas e o capital financeiro**

O primeiro eixo mostra a bancada de joelhos perante as medidas de ajuste fiscal. Em nome do combate a privilégios, repete a ladainha de aumentar a eficiência e reduzir os custos. As medidas para isso são: reduzir as pastas ministeriais de 28 para 15. As fusões indicam os alinhamentos de Bolsonaro e da bancada. Além do Superministério da Justiça e o da Economia, Educação, Cultura, Esportes e Ciência e Tecnologia seriam fundidos. E o Ministério da Agricultura e o do Meio ambiente, junto com secretarias da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário e da Pesca devem dar lugar ao “Ministério do Agronegócio”, revelando a presença dos ruralistas e seus interesses nesta frente. Vem daí o compromisso em acelerar as licenças ambientais, deixando o caminho ainda mais livre para que empreiteiras e fazendeiros passem por cima de reservas ambientais, indígenas, quilombolas, camponeses e ribeirinhos. Se as licenças não forem concedidas no curto prazo legal que querem impor, serão consideradas tacitamente outorgadas.

### **Ataque aos direitos sociais e ao funcionalismo**

A partir da expansão sem limites da terceirização aprovada por Temer, detalhada em sua aplicação no setor público, pelo decreto nº 9.507, assinado em 21 de setembro de 2018, o documento “Brasil para os brasileiros” defende o “uso intensivo da terceirização da mão-de-obra”. Demagógicamente, dizem que isso “prestigia o servidor concursado, que atuará apenas nas atividades mais nobres da administração”. Propõem ampliar o tempo para conquistar estabilidade para seis anos, condicionada a provas discursivas e objetivas anuais. Além disso, diz que guiará a gestão, por meio de indicadores de desempenho. Ainda para o funcionalismo, indica a intensificação do teletrabalho, com a finalidade de economizar na manutenção de prédios, energia, internet e aumentar a produtividade, com o trabalho dos servidores, em casa, condicionados a metas. Como medida pretensamente igualitária, sob o discurso tecnocrático, diz que vai submeter a Alta Administração Federal a capaci-

tações. A bancada ainda lamenta que “ser servidor público é anseio dos jovens, em detrimento do empreendedorismo ou de uma carreira na iniciativa privada”. Desconsidera que, para a juventude pobre, o desafio é se manter vivo, escapar da barbárie social e que o capitalismo em decomposição condena uma imensa parcela dos jovens ao desemprego crônico.

A bancada se coloca como defensora da continuidade da “reforma do Estado”, promovida por FHC, e avançada sob Temer, com o PPI (Programa de Parcerias e Investimentos). Ante a onda antipetista, não mencionam o aporte do PT com as PPPs (Parcerias Público-Privadas). Explicitam a defesa da entrega da infraestrutura ao capital estrangeiro, com todas as facilidades e garantias possíveis. Inclusive clamam por mais uma Emenda Constitucional para inscrever a “segurança jurídica” como valor fundamental. Propõem que as licitações não devam levar em conta a menor tarifa oferecida ao consumidor. E que o valor das tarifas deve ser vinculado à variação cambial a ser repassado ao consumidor final, o que, no caso da Petrobrás, já mostrou o quanto levam à elevação dos preços. Além disso, escancaram que o setor privado deve indicar parte dos dirigentes das agências reguladoras. Nem mesmo a fachada de autonomia é mantida.

Propõem também a transferência das UPAs e UBSs para a “sociedade civil” por meio das OSs e OSCIPs. Os setores evangélicos, nesse caso, também se beneficiariam, pois, as igrejas já têm atuado por meio de Organizações Sociais, na gestão de serviços públicos, como hospitais e creches.

Em nome do combate às fraudes e da transparência, o documento defende o cruzamento dos dados governamentais para filtrar os benefícios previdenciários e assistenciais. Isso já vem ocorrendo sob o governo Temer. A transformação de serviços presenciais em digitais também vai ampliar o filtro burocrático, enquanto diminuiu a estrutura para o serviço público. Falam de facilidades, mas, certamente, vão criar cada vez mais obstáculos e humilhações para o acesso aos benefícios.

### **Centralização autoritária**

O documento propõe mais instrumentos de fortalecimento do executivo, como a presidência do Conselho do PPI e mecanismos maiores de controle. E afirma que uma “Comissão de alto nível, formada pelos maiores juristas brasileiros”, deve criar em 90 dias um anteprojeto de “consolidação e codificação normativa”. Haveria uma remodelagem do Direito Administrativo, Direito do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Penal e Processo Penal. Que passaria pela chancela presidencial e apreciação do Congresso. Outro mecanismo é a criação de Tribunais Administrativos, com o poder de suspender liminarmente decisões administrativas, e editariam súmulas vinculantes para todos órgãos do Governo Federal.

### **Segurança Fiscal**

A bancada evangélica se compromete com a obtenção de superávits primários consecutivos. A independência do Banco Central é defendida. O que significa entregar inteiramente o seu comando para os banqueiros nacionais e internacionais.

Propõe a simplificação do sistema tributário e a desoneração da folha de pagamento (isentando impostos dos capitalistas) e a “modernização previdenciária”. O norte da reforma seria a contributividade e a concessão das pensões e aposentadorias, baseada em cálculo atuarial, obviamente feito segundo as fórmulas encomendadas pelo capital financeiro. Até mesmo a aposentadoria rural, coberta pelo FUNRURAL, deveria depender da contribuição dos trabalhadores do campo. O corte de direitos é travestido da defesa da moralidade com o combate às fraudes. Em nome do combate aos privilégios, a defesa é de igualar a aposentadoria do setor público e privado. Obviamente, nivelando por baixo.

O documento propõe a liberalização comercial, abrindo mais as fronteiras para as mercadorias vindas de fora. Além disso, pretende privilegiar tratados bilaterais em vez dos blocos. Medida que vai se traduzir em maior submissão aos Estados Unidos.

## Escola Sem Partido

É nas últimas páginas que a bancada evangélica volta ao seu terreno natural da defesa do obscurantismo e da histeria, quanto à pretensa imoralidade e doutrinação nas escolas e universidades. Começa repetindo a lorota da teoria do capital humano, com a necessidade de formação para o desenvolvimento econômico. Sabemos que a condição subordinada do país nada tem a ver com fórmulas educacionais, mas sim com a subordinação ao imperialismo.

O documento diz que a educação se pautará no mérito, prometendo indiretamente afrontar as políticas de inclusão promovidas pelo governo do PT, como as várias modalidades de cotas. Afirma que irá combater o “uso político-partidário das escolas e universidades públicas, que se tornaram instrumentos ideológicos que preparam os jovens para a Revolução Comunista, para a ditadura totalitária, a exemplo da União Soviética e demais regimes sanguinários”.

A bancada promete “libertar a educação pública do autoritarismo da ideologia de gênero, da ideologia da pornografia, e desenvolver às famílias o direito da educação sexual das suas crianças e adolescentes”. Ataca a “ideologia de gênero” e diz ser necessário punir os que atentarem contra a inocência infantil. Para isso, defende o Ensino Moral como transversal a todas disciplinas, assim como a amor à Pátria. Essa orientação macarthista cria o clima para a aprovação do projeto Escola Sem Partido, que, além de submeter a Educação às Igrejas, criará um mecanismo de perseguição da vanguarda de professores, que se revolta e levanta contra a destruição da Escola pública.

No ponto sobre o ensino superior, acusa a CAPES de reprimir os professores de pós-graduação, por limitarem o número de orientandos a “apenas” 8 estudantes. O documento repete os dados manipulados do documento “Um ajuste justo” do Banco Mundial, que diz que o estudante da universidade pública custa três vezes mais dos que o da privada, desconsiderando que as privadas praticamente só têm ensino, enquanto as públicas desenvolvem pesquisas e mantêm outras estruturas como os Hospitais Universitários. Outra manipulação é a comparação do gasto em educação em relação ao PIB. Os países da OCDE, usados como parâmetro, têm PIBs muito superiores.

Com base nos dados manipulados, defende aumentar o tempo dedicado pelos professores à aula, o que pode reverter em redução do tempo da jornada dedicado a atividades em

que não há interação direta com os alunos. Hoje, a lei do piso, que nem é cumprida integralmente, estabelece que é de 1/3 da jornada. Propõe a desvinculação dos gastos com educação prevista pela Constituição para o nível municipal. E repete o Banco Mundial que, hipocritamente, diz que os gastos na educação básica beneficiam os mais pobres e os do ensino superior os mais ricos. Como se suas medidas trouxessem qualquer benefício aos mais pobres. Também se propõe a auditar o Prouni, Fies, Sisu e Pronatec, para diminuir os que são atendidos por esses programas. E anuncia a criação do programa Alfabetização Solidária, em que estudantes de universidades públicas (graduandos e pós-graduandos) seriam obrigados a trabalhar gratuitamente, durante seis meses, para a alfabetização de pessoas, “em todo o território nacional, como forma de retribuir à nação os impostos pagos pelo povo brasileiro para o ensino público”.

## Igrejas, parasitas do Estado

As igrejas são instituições privadas. Algumas constituíram verdadeiros impérios. Controlam redes de ensino, rádio e TV. Aplicam grandes recursos em negócios. Como se vê, são aparatos do capitalismo. Os explorados são enganados pela pregação de que são pecadores na terra e que terão o reino do céu, caso se convertam às palavras da bíblia. Assim, arrecadam milhões daqueles que pouco têm para viver. Do Estado, recebem isenções para movimentar seus vultuosos capitais. Utilizam-se do assistencialismo para receber verbas, que os governos burgueses não lhes negam. Escolas e hospitais funcionam como fachada para mostrar as igrejas como benfeitoras da população pobre, miserável e faminta. Uma horda de pastores, completamente improdutivos, vivem do dinheiro arrancado da população e achacado do Tesouro Nacional.

Nenhum governo burguês é capaz de abrir as contas das igrejas no Brasil e no exterior. No momento em que a classe operária se libertar do domínio da burguesia, sem dúvida, abrirá os segredos comerciais e financeiros das igrejas. Mais do que isso, mostrará os laços internacionais das igrejas. Todas elas, sem exceção, funcionam como braço e agência do imperialismo. O fato de ganharem força na política nacional permitiu que constituíssem uma influente bancada parlamentar. Poder esse que lhe permite se unir com as bancadas dos latifundiários e dos policiais, para impor ao País as diretrizes políticas mais reacionárias, e as orientações morais mais obscurantistas.

A eleição de Bolsonaro se deveu, em grande medida, ao uso político que as igrejas fizeram de sua rede de influência sobre as massas oprimidas. Agora, esses religiosos e supostos benfeitores da alma querem uma reforma da previdência que viola os direitos mais elementares de quem entrega toda uma vida aos exploradores. Querem tomar conta das escolas e das universidades. Querem acabar com qualquer traço científico do ensino. Querem que os estudantes e pais delatem os professores. Querem abolir o direito de expressão nas escolas.

Os operários e a juventude devem rechaçar o documento “Brasil para os brasileiros”. Devem combater o obscurantismo com as conquistas da ciência. Devem exigir que o Estado corte todos recursos destinado às igrejas e aos seus aparatos. Devem compreender que as igrejas são instituições privadas, que não podem extrair recursos da população. A liberdade de religião não deve ser confundida com a liberdade de exploração e de uso do poder do Estado.

## Ato na Av. Paulista teve caráter de comício eleitoral

A Frente Povo Sem Medo convocou e se realizou, no dia 30/10, na Av. Paulista, uma manifestação contra o candidato eleito, Jair Bolsonaro, com o mote “vai ter resistência!”. Compareceram alguns milhares de pessoas, o suficiente para encher o vão do Masp, a maioria jovem. Tratou-se de um ato eleitoral extemporâneo. Lia-se na convocatória da manifestação, feita pelas redes sociais: “Entre o exílio e a prisão, escolhemos a rua!”. Na verdade, escolheram as urnas. A atividade teve um caráter de balanço da campanha “#elenão”, especialmente do ponto de vista do PSOL – a frente é liderada por Boulos. Falaram no carro de som os coletivos relacionados à luta contra as opressões, lideranças estudantis, a Intersindical e os parlamentares.

Nenhuma menção foi feita à necessidade de criação dos comitês de luta, ou qualquer outra tarefa de organização, aspecto essencial numa conjuntura de fortalecimento das tendências ditatoriais e de recrudescimento dos ataques da burguesia sobre os direitos dos trabalhadores e juventude. O que é mais um indício de que estava correto o prognóstico do POR, de que a disposição instintiva de combate, cujo ápice se deu com a greve geral de abril de 2017, estava sendo desviada para as urnas

e que, como consequência, os explorados sairiam do processo eleitoral desorganizados e divididos.

Assim, a fala da Intersindical, que prometeu “parar o País”, no caso de o governo avançar com a reforma da previdência, compareceu como bravata. Afinal, como se pretende realizar uma greve nacional sem preparação, sem indicar o caminho da organização por local de trabalho e estudo, pelos bairros, etc.? Pouco se falou sobre o problema da unidade e, quando se tocou no assunto, foi para reivindicar uma “frente ampla de esquerda”, para as próximas eleições! E isso, é importante lembrar, saiu da boca daqueles que, dias antes, estavam “alertando” a todo o mundo quanto ao perigo do “fascismo”! A incoerência dos reformistas salta aos olhos.

O POR esteve presente na manifestação para lutar por suas consignas, com política própria. Ergueu sua bandeira e distribuiu seu boletim, em que apontava a necessidade do proletariado tomar a frente do movimento, organizando os comitês de base. O que implicava e implica levantar as reivindicações vitais dos explorados, de emprego, salário e defesa dos direitos, fazendo a ponte entre essas bandeiras e o programa estratégico de luta pela revolução e pelo socialismo.

## Ato da Frente Povo Sem Medo em Recife

Na terça-feira dia 30, a Frente Povo Sem Medo (FPSM) convocou, em Recife, um ato na Praça do Derby. O primeiro ato após a eleição de Bolsonaro já foi marcado pela divisão. A Frente Brasil Popular, praticamente no mesmo horário, convocou uma reunião de preparação do Congresso do Povo. No ato da FPSM, houve um microfone aberto, embora os organizadores passassem na frente as entidades e os políticos alinhados a eles. As falas do PSOL, PCB e UP e coletivos, juventudes e entidades a eles vinculados afirmavam a resistência. Respondiam a Bolsonaro que não iriam nem para a prisão, nem para o exílio, resistiriam nas ruas. Mas, nada de concreto era apresentado. Os presentes eram basicamente estudantes e setores da pequena burguesia.

A militância do POR montou banca, distribuiu o manifesto nacional do partido e fez intervenção, defendendo a organiza-

ção frentista, com a criação dos comitês nos locais de estudo, trabalho e moradia, em torno das reivindicações e com a defesa dos métodos da ação direta. Mostrou a urgência em organizar a luta contra a reforma da previdência e pela revogação da reforma trabalhista, com a necessidade de retomar a greve geral.

Uma encenação de votação aconteceu ao final, com os organizadores pedindo a todos que levantassem a mão, referendando a convocatória de uma assembleia na segunda seguinte, faltando apenas definir um local, com capacidade de agregar mais gente. Os dias se passaram e nada de definição. Sem mais nem menos, abortaram a iniciativa. Pelo jeito, PSOL e PCB seguirão o mesmo caminho do PT na oposição a Bolsonaro. Combinando atos distraçionistas com a ênfase no terreno institucional. Romper com a passividade é uma necessidade.

### Rio Grande do Norte

## No 2º turno, PT elege governadora no RN

Com 57,6% dos votos válidos, Fátima Bezerra (PT/PCdoB/PHS) é eleita governadora do RN, derrotando o candidato apoiado pelas oligarquias Alves (MDB) e Maia (DEM), o ex-prefeito de Natal Carlos Eduardo Alves (PDT) que, contrapondo-se a seu partido, tentou colar sua imagem com a de Bolsonaro.

Embora tenha se apresentado como a candidata contra as oligarquias, Fátima Bezerra se elegeu contando com o apoio do presidente da Assembleia Legislativa do RN, Ezequiel Ferreira (PSDB), e de sua base parlamentar, além do apoio de prefeitos e famílias políticas opositoras do interior, o que garantiu a Fátima uma enorme capilaridade eleitoral no interior do estado. Apenas em Natal e em Parnamirim (que pertence à região metropolitana) foi que Carlos Eduardo teve uma vitória significativa. Isso mostra como o PT, para se eleger e governar o Estado burguês, se entrelaça com as forças políticas que expressam os latifundiários locais. Além disso, já mantém relação próxima

com a FIERN golpista (capitalistas industriais).

A condição do PT de estar no governo do estado é significativa, uma vez que esse partido dirige entidades importantes, como o SINTE (trabalhadores em educação), ADUERN (docentes da UERN) e o SINPRO (motoristas de ônibus), dentre outras. Os explorados passarão pela experiência do PT/PCdoB no governo do estado, que já fala em um ajuste nas contas públicas, ou seja, cortar gastos e aumentar receita. Mesmo assim, não tocará nos subsídios aos capitalistas industriais. Manterá a aplicação da BNCC e a instituição das ETIs. Fala em trazer as águas do São Francisco, porém, oculta que serão monopolizadas pelos latifúndios, os quais permanecerão intocados. Sob o governo do PT, a situação fiscal dramática dos municípios não vai se resolver, e funcionários públicos e terceirizados serão demitidos.

Cabe aproveitar essa experiência do PT/PCdoB no governo para potenciar o embrião do partido revolucionário.

## Rio Grande do Norte

# EQUIPE DE TRANSIÇÃO “TÉCNICA” DE FÁTIMA BEZERRA (PT) ESCONDE A POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES E SUBMISSÃO AOS INTERESSES DA BURGUESIA

Fátima Bezerra, governadora eleita pelo PT para o estado do Rio Grande do Norte (RN), teve publicada no Diário Oficial do Estado, 06 de novembro, a lista de sua equipe de transição entregue a Robinson Farias (PSD), atual governador.

Como anunciou nas diversas entrevistas que concedeu, Fátima Bezerra (PT) defendeu uma equipe técnica, igualando-se à conversa do presidente eleito, o fascista Bolsonaro (PSL). Mas, ao declarar na entrevista ao programa RN “Acontece”, de 29 de outubro, que defende a recomposição do PT como oposição institucional ao governo federal, juntamente com as forças do campo democrático e popular, a senadora deixava claro sua política de conciliação de classes. Na mesma entrevista, a futura governadora do RN pelo PT afirmou pretender contar com o apoio dos senadores eleitos no estado Zenaide Maia (PHS) – nada de estranho, uma vez que a aliança no Estado contou com essa fração da oligarquia local – e Capitão Stenvenson, este do PSL de Bolsonaro, além dos deputados federais da família Mota. Ou seja, a senadora eleita governadora conta com o apoio, inclusive, das frações oligárquicas derrotadas nas eleições. O que anula sua afirmação de sua eleição quebrar paradigmas “na medida em que se interrompe um ciclo de governos das oligarquias”. Interrompe realmente, mas, no comando do executivo, o governo do PT será refém político das forças oligárquicas.

Robinson Farias (PSD) pagou caro sua indisposição com as frações oligárquicas Maia e Alves. Eleito com a força política do PT nas eleições presidenciais de Dilma (PT) e, inclusive, com o apoio político decisivo de Fátima Bezerra, na época, a senadora mais bem votada no Estado, derrotando a candidata das oligarquias tradicionais Alves e Maia, Wilma de Farias (PSB). O governo do PSD amargou um isolamento político que o imobilizou. Perdeu o apoio do PT, ao apoiar o golpe institucional e, assim, teve de enfrentar várias greves do funcionalismo estadual, os Alves e Maia impediram empréstimos federais para o governo atualizar folha de pagamento, e bloquearam qualquer tentativa, nesse sentido, no Tribunal de Contas do Estado, além de infligir algumas derrotas políticas de iniciativas do governo na Assembleia Legislativa e, por fim, foi abandonado pelas oligarquias tradicionais nas rebeliões nos presídios. Com a crise econômica se agravando, o governo assistiu ao aumento da violência social no RN; das 20 cidades violentas do Brasil, três estão no Estado, sendo o 5º e 7º lugares ocupados pelas duas principais maiores cidades: Mossoró e Natal, capital do RN.

O RN é a 18ª economia do Brasil e a 5ª do Nordeste. Os seus principais ramos econômicos são o turismo, camarão, frutas e comércio. Tem um Orçamento de R\$ 12 bilhões para 2019, 254 milhões a menos do que este ano. Destes R\$ 12 bilhões, R\$ 8,11 bilhões são para folha de pessoal.

Eleita governadora, um empresário assume o mandato restante de Fátima Bezerra no Senado. Fátima tinha sido eleita para um mandato de oito anos, e tinha ainda quatro para

exercer. Jean-Paul Prats (PT) é empresário no setor energético, presidente do Sindicato das Empresas do Setor Energético do RN (SEERN), foi secretário de energia da governadora Wilma de Farias (PSB), ex-Maia. O RN é o maior produtor de energia eólica no Brasil.

A produção de energia eólica no Brasil atingiu 14 gigawatts (GW) de capacidade instalada – dados referentes ao mês de setembro deste ano, divulgados no dia 5 de novembro pela Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeolica) –, produção equivalente a Hidrelétrica de Itaipú, a maior usina de produção de energia elétrica no Brasil. Os estados do Nordeste concentram a maior parte da produção. O RN vem em primeiro lugar: dos 568 parques eólicos, possui 146 produzindo 4 GW, dos 14 GW produzidos do Brasil. O RN é seguido pela Bahia (133 parques, produzindo 3,5 GW) e Ceará (80 parques, com 2 GW de produção). No governo federal do PT, a energia eólica foi um dos ramos incentivados através do BNDES no Nordeste para empresários que fizeram fortuna como Jean-Paul Prats. O empresário petista é um burguês “convertido”, um “cristão novo”. Filiou-se ao PT em 2013. De 2011 a 2018, a energia eólica passou de 1 GW para 14 GW atuais.

A equipe de transição da governadora eleita será coordenada por ela mesma, e terá a participação de mais 19 nomes. São eles os representantes do PCdoB, vice-governador eleito, o estalinista potiguar bastante conhecido Antenor Roberto; e pelo PT, Fernando Mineiro, que aproveitou a onda de votos de Fátima para ganhar uma cadeira federal e, possivelmente, é o representante do PT porque controla a sigla no estado. Tem ainda o empresário Prats (PT) e o assessor de Fátima no Senado, Raimundo Alves.

Raimundo Alves Júnior possui 41 processos na justiça, sendo 39 no Estado de São Paulo, além de 2 processos no Brasil, todos relacionados à sonegação financeira. Raimundo Alves é proprietário da Prórural Consultoria, Projetos e Perfuração de Poços Artesianos.

A equipe ainda é formada por docentes universitários da UFRN e UERN, além de funcionários públicos. Chama a atenção o representante da FIERN, Sandra Lúcia Barbosa Cavalcanti, e das frações oligárquicas na Assembleia Legislativa, Luciana Targino de Almeida Cardoso.

### As relações com a FIERN

Já mesmo durante a campanha, Fátima Bezerra (PT) havia visitado a FIERN e afirmou, se eleita, fazer um governo para todos, e contava com o apoio da classe “produtiva” capitalista do estado. Ela estava se referindo aos burgueses, que lhe ouviam no auditório lotado. No fim, posou na foto com o presidente da FIERN, recebendo o projeto RN Mais, elaborado pelos capitalistas, que, para a governadora eleita, é um documento que “apresenta proposta para a retomada do crescimento”.

Depois de eleita, Fátima esteve novamente na FIERN. A

representante da FIERN na equipe de transição deve ter sido indicada nessa visita que a governadora eleita fez à instituição burguesa. “Essa vinda da governadora Fátima Bezerra à FIERN é muito importante, porque sinaliza um **futuro promissor** para as relações entre a Federação das Indústrias e o governo do estado”, disse o presidente da FIERN Amaro Sales (grifos nossos, Jornal Tribuna do Norte, 05 de novembro, “Fátima vai a Assembleia e Governadoria”).

O presidente da FIERN ainda afirmou ser “relevante a parceria entre o setor produtivo e o governo para que tenhamos melhorias e desenvolvimento”. Ou seja, Fátima Bezerra (PT) será parceira da classe burguesa. O que o presidente da FIERN chama de melhorias e desenvolvimento são as mudanças para melhor explorar a força de trabalho e assim desenvolver o capitalismo no Estado.

Para a governadora eleita, segundo a matéria do Jornal burguês, “foi um encontro muito produtivo”, uma vez que o presidente da FIERN “colocou claramente que as instituições que integram o Sistema Indústria estão de **portas abertas**” (grifos nossos). De acordo com o Jornal, a Fátima Bezerra saiu do encontro convicta de que a “FIERN não medirá esforços na contribuição para tirar o Rio Grande do Norte da grave crise que atravessa”. Ou seja, a senadora do PT eleita governadora esconde os verdadeiros responsáveis pela crise econômica, que é a classe capitalista. Isso porque pretende não só governar com seu apoio, mas inclusive para ela.

## As relações de forças no futuro parlamento

Dos 24 deputados eleitos, metade esteve ao lado de Fátima Bezerra ou passou a apoiá-la a partir do 2º turno. Oito, provavelmente, serão oposição, pois, apoiaram outros candidatos. Quatro anunciaram neutralidade ou independência. Portanto, Fátima

# Eleição em Rondônia: venceu o candidato militar do PSL

A eleição no estado Rondônia contou com nove candidatos ao governo. Desde o início da campanha eleitoral, o candidato que despontava nas pesquisas em primeiro lugar era Expedito Junior/PSDB. O resultado foi que Expedito ficou com 31% dos votos, e o militar reformado Marcos Rocha/PSL, com 24%. Esse militar já foi secretário de Educação do município de Porto Velho, na gestão Mauro Nazif/PSB, diretor de escola militar em Porto Velho, professor da Universidade Federal de Rondônia (Unir) e em uma faculdade particular da capital. Assim, a disputa no segundo turno foi entre Expedito e o militar Marcos Rocha/PSL, ambos apoiando Bolsonaro. Com uma diferença de apenas 7%, coube a vitória a Marcos Rocha/PSL.

O PT esteve coligado com o PSOL. A campanha antiPT foi enorme, o que permitiu arrastar os explorados por trás de candidaturas reacionárias, tanto de Bolsonaro, quanto de seu comparsa Marcos Rocha. O PT acabou elegendo apenas um deputado federal e reelegeu o candidato a

terá de 12 a 16 deputados na Assembleia Legislativa a seu favor.

O que causa espanto é a composição da bancada de apoio de Fátima (PT). Deputados do PSDB, como Ezequiel, envolvido em denúncias de corrupção, presidente da Casa como parlamentar de apoio ao governo pró-golpe do PSD no RN, que tem retirado direitos dos funcionários da Assembleia Legislativa, portanto, odiado por eles – Ezequiel foi reeleito e, para isso, nomeou cerca de 3 mil funcionários na Assembleia Legislativa; PSD (partido do atual governador e apoiador do golpe institucional) e dos partidos de aluguel PHS, PR, PTC e Avante, que inclusive, este último, consta na imprensa como partido de apoio (01 membro) e oposição (01 membro).

Kelps, que o PT contou sempre como aliado, apesar de ser o “menino” dos empresários do transporte coletivo local, agora, está na “independência”. E Cristiane Dantas (PPL), que foi do PCdoB, detentora da vice-governadoria do atual governador do PSD, através do oligarca Fábio Dantas, também declarou neutralidade.

## O caráter “técnico” da equipe de transição é uma farsa

A equipe de transição de Fátima Bezerra (PT) reflete sua política de conciliação de classes com a burguesia e sua aliança com setores oligárquicos do Estado. Esconde essa política através do caráter “técnico” da equipe de transição, que de técnico não tem nada. Reflete suas conversações com a classe burguesa, representada pela FIERN, com as alianças de setores oligárquicos que possuem influência política na Assembleia Legislativa, e sua crença de melhoria das condições de vida dos assalariados, através da administração do sistema capitalista.

É necessário revelar aos explorados o quanto o PT está integrado à política burguesa em geral e à oligárquica, em particular.

deputado estadual, ligado ao movimento camponês, um sindicalista da Fetagro. No segundo turno, o PT se manteve em silêncio. Apenas a burocracia do sindicato dos trabalhadores da educação (Sintero), durante o segundo turno, fez um chamado tímido para que a base ouvisse as propostas dos candidatos, porém, sem fazer referência às candidaturas. Certamente, o PT saiu das eleições mais encolhido e profundamente desmoralizado. Igualmente ao PT, o PSOL também não se pronunciou publicamente quanto à sua posição no segundo turno.

Cabe ressaltar que essa eleição no estado teve uma característica particular, que se diferenciou das anteriores, nas quais

os mandatos das oligarquias oscilavam entre representantes do PSDB, DEM e MDB.

A Corrente Proletária/POR interveio nas eleições defendendo a independência dos explorados diante das candidaturas burguesas. Levantou a bandeira do voto nulo e da construção do partido revolucionário.

Adquira com o distribuidor de Massas:

**R\$5**

**Balanco da greve da USP 2018**

A oposição entre as direções/correntes em geral e as bases/POR deve se elevar na luta por uma direção revolucionária para o movimento estudantil.

A greve na USP aconteceu em meio a uma tendência geral de luta no país, que empunhou reivindicações que poderiam levar a uma ampla unidade contra o governo, a burguesia e suas medidas antinacionais e antipopulares, retomando o caminho da greve geral de 28 de abril de 2017. As direções reformistas e centristas rejeitaram essa via e se apearam ao corporativismo e a conciliação de classes. O POR travou combate em defesa da retomada da greve geral e do programa e métodos proletários. Pôs-se em evidência a necessidade de constituir uma fração revolucionária e avançar a luta pela superação da crise de direção.

**POR** **MASSAS**



## Pernambuco

*No dia 06 de novembro, foram afixados cartazes no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), da UFPE, com ameaças e insultos de professores e estudantes do centro por sua orientação sexual, política ou objeto de estudo. A carta finalizava com “Vocês serão banidos! Escórias! O Mito vem aí!”. A comunidade universitária se movimentou. A reitoria abriu sindicância e acionou a Polícia Federal e Ministério Público. Uma reunião ampliada da oposição docente tratou do tema. Mas, tudo indica que as mobilizações daqui para a frente serão canalizadas para a disputa da reitoria, em 2019.*

*Manifestamos a necessidade de organizar a luta em torno das reivindicações com os métodos operários, sem nenhuma confiança no judiciário, na reitoria ou na disputa interburocrática. A Adufepe convocou um ato e um número significativo de estudantes, professores e técnicos atenderam ao chamado. Mas,, sob a política do PCdoB, a ação se resumiu a um abraço ao CFCH, concluindo pateticamente com o hino nacional. A Corrente Proletária na Educação/POR atuou nesses espaços, com o seguinte manifesto:*

## Responder à ultradireita com organização e luta

A eleição do fascista Jair Bolsonaro está trazendo à luz do dia elementos fascizantes no interior das classes médias. A carta com ameaças a estudantes e professores do CFCH é expressão disso. Tudo indica que é uma ação desorganizada, com a finalidade de aterrorizar. Mas, reforça a necessidade da unidade na luta em defesa da liberdade de organização, expressão e da liberdade de organização, expressão e crítica.

A urgência em nossa organização, porém, decorre da certeza de que o governo que se instalará no Planalto, e que praticamente já se iniciou, é um governo ditatorial que, além do programa antinacional e antipopular, mostra que vai se apoiar nas Forças Armadas, na polícia e em organizações fascizantes. Ações como o ataque à caravana de Lula, em março de 2018, o assassinato de Marielle Franco, a intervenção da Polícia Federal nas universidades e o assassinato de Moa do Katendê, na Bahia, mostram que isso já está em curso, e tende a se intensificar, com a proteção do governo burguês ultradireitista de Bolsonaro. As provocações dos defensores da “Escola sem Partido” também tendem a se amplificar.

O fundamental é compreender que a eleição de Bolsonaro é parte da dinâmica de decomposição do capitalismo. A crise de 2008 abriu uma nova etapa da luta de classes mundial, em resposta à sanha do capital financeiro em demolir conquistas sociais, e aumentar o saque dos países semicoloniais, inclusive pela via das intervenções imperialistas em vários países, levando a uma onda de emigrações que, por sua vez, se defrontam com o crescimento da xenofobia e outras variantes de extrema direita. A falência da socialdemocracia e dos governos nacional-reformistas expressa que as classes dominantes, lideradas pela fração do capital financeiro, nesse contexto de crise, abrem mão da conciliação de classes, útil e possível em outros momentos, para desfechar um ataque brutal a nossos direitos, condições de trabalho, e vidas.

As universidades estão sob a ameaça da privatização direta, inclusive com cobrança de mensalidades. As corporações avançam na Educação Básica, por meio da Reforma do Ensino Médio e Base Nacional Comum Curricular. Para calar a van-guarda que se levanta, procuram intensificar os mecanismos repressivos. A quebra da estabilidade e o aumento de contratações precárias também atendem, ao mesmo tempo, ao ajuste fiscal e à limitação da ação de crítica e combatividade que se

expressa, mesmo que minoritariamente, nas universidades. Essas ações não estão sendo inauguradas com o bolsonarismo, são parte da ditadura de classe da burguesia, que encontra instrumentos legais e extralegais para ser exercida.

Em nossa universidade mesmo, a reitoria já puniu seis estudantes, com suspensões de seis meses, por terem lutado contra a PEC do Fim do Mundo (aprovada como Emenda Constitucional 95), que congela os gastos sociais por 20 anos. Foram punidos por lutar, sem nenhuma individualização de conduta. Outros, como os ex-ocupantes do CFCH, estão na mira da reitoria e da polícia federal. Só poderemos fortalecer a resistência se defendermos nossos lutadores. Eles expressam uma luta coletiva. Os professores, técnicos e estudantes dessa universidade devem cercá-los de solidariedade classista.

É por esse motivo que, apesar das vítimas das ameaças terem todo direito de exigir da reitoria e instituições estatais a investigação e punição daqueles que os afrontam, não podemos ter nenhuma confiança nessas instituições. Não chamamos a comunidade a confiar na orientação “democrática” da reitoria. Essa é a reitoria que mantém um serviço de inteligência, que coleta informações sobre os professores, estudantes e técnicos, que atuam nas lutas sindicais, populares e estudantis. Essa é a reitoria que colabora com a polícia federal, fornecendo essas informações. Essa é a reitoria que abre o campus, para que a Polícia Militar pisoteie a autonomia universitária, enquanto destila seu racismo e ódio aos homossexuais.

Teremos de confiar em nossas forças, nos organizarmos para valer. Criar comitês nos cursos, centros e na Universidade. Unir os três segmentos em uma Assembleia Geral Universitária. Constituir uma comissão autônoma e, por meio da luta coletiva, fazer a instituição reconhecer suas decisões. A reitoria expressa o poder do Estado e da burguesia dentro da universidade. Devemos apostar na defesa da autonomia como autogoverno da própria comunidade, e isso só pode ser construído de baixo para cima, com liberdade de crítica e profunda democracia. É preciso saber, também, que essa luta em defesa da Universidade Pública e da liberdade de crítica, expressão e ensino, não pode se deter no interior da Universidade.

O reacionarismo do bolsonarismo é a ponta do iceberg. Sua base é a exigência do capitalismo em crise retomar suas taxas de lucro por meio da sustentação da dívida pública. Aí está o

motor do privatismo e dos cortes de verbas. Aí está a raiz da intensificação da exploração, por meio da reforma trabalhista e da generalização da terceirização.

Para mobilizar os explorados e oprimidos em geral, é preciso partir da defesa dos empregos, salários e vidas dos trabalhadores e juventude. Criar os comitês nos locais de estudo, trabalho e moradia. Centralizar nossas forças, ainda dispersas e divididas sob o impacto das eleições, em uma Frente Única que organize a ação direta contra opressores e exploradores. A via para derrotar a ultradireita é retomar o caminho da ação di-

**Londrina:**

## **CHAPA I - Resistência Marielle Franco**

Constituída por meio de plenárias abertas, em que os estudantes discutiram e aprovaram bandeiras de luta e reivindicações, a chapa “Resistência Marielle Franco” se forma como uma frente fundamentada na defesa da Universidade pública e gratuita para todos. Posiciona-se contra todos os ataques do governo burguês à educação e à vida dos que estudam e trabalham, entendendo que o DCE é um instrumento de luta fundamental do movimento estudantil nesse âmbito. Nessa direção, o nome da chapa busca expressar a resistência contra todas as tendências repressivas, reacionárias e fascistas que se manifestam escancaradamente na atual conjuntura.

**Em defesa da Universidade pública e gratuita para todos; fim do vestibular; contra o ensino pago; pela estatização das universidades privadas; por um sistema único de ensino!**

Com o aprofundamento da crise econômica e política, a educação gradativamente vem perdendo o seu caráter público e se tornando uma mercadoria. O vestibular, ao selecionar apenas uma minoria que ingressa na Universidade, nada mais é do que um instrumento de exclusão de amplos setores da juventude e de negação do direito à educação, constituindo-se, ainda, como impulsionador do ensino privado. Estes fenômenos tendem a se aprofundar juntamente com o agravamento da crise estrutural do capitalismo, que se expressa na constante destruição de direitos dos explorados. Neste sentido, o único caminho de luta que pode fazer frente ao desmonte da Universidade pública é a defesa do fim do vestibular, vinculada ao fim da coexistência do ensino público com o privado. Somente a estatização das universidades privadas, e a constituição de um sistema único gratuito de ensino poderão garantir a escola pública para todos.

Contra o privatismo na Universidade; fim das taxas; defesa do financiamento integral pelo governo do Estado; contra as pós-graduações pagas, cursos e demais taxas.

O sucateamento da Universidade é parte do processo privatizante que assola a educação. Na UEL, existem diversos cursos de línguas e pós-graduações pagas, ou seja, utilizam-se do espaço e de instalações públicas para acumular capital, em favorecimento da educação privada. Na mesma direção, as terceirizações de serviços no interior da universidade – serviços que deveriam ser executados por funcionários públicos – e todas as taxas (Xerox, emissão de documentos, aluguel de quadra de esportes, etc.) são reflexos do descaso do governo do Estado, no que diz respeito à sobrevivência da universidade pública, governo este cada vez mais submetido aos interesses privatizantes. Dessa maneira, a luta por uma Universidade realmente gratuita deve perpassar pela defesa do financiamento integral pelo governo do Estado e fim da cobrança de taxas. Reivindicação da greve estudantil de 2016.

reta. A tendência de luta já foi mostrada na onda de ocupações e, principalmente, na greve geral de abril de 2017.

Que esse episódio na UFPE sirva para nos colocar nesse caminho. Confiar em nossas próprias forças. Avançar na consciência e organização. Saber que o capitalismo já não tem nada de progressivo a nos oferecer. Lutar para enterrar esse sistema de exploração e opressão, e construir o socialismo pela via revolucionária.

**Levantemos desde já a bandeira de abaixo o governo ditatorial, antinacional e antipopular de Bolsonaro.**

Defesa de uma real Autonomia Universitária, que represente de fato aqueles que estudam e trabalham: Governo Tripartite de estudantes, professores e técnicos; fora reitoria!

A estrutura de poder na Universidade está nas mãos de meia dúzia de professores e funcionários que, juntamente com a reitoria, compõem a burocracia universitária. Independente das diferenças superficiais entre diversas gestões, tal aparato se configura, essencialmente, enquanto um braço do Estado no interior da Universidade, servindo de canal para que os interesses dos capitalistas e de seus governos sejam implementados no âmbito universitário. Nos conselhos superiores “democráticos” da UEL, além do fato dos estudantes possuírem pouquíssimos assentos, tais instâncias nunca atenderam às necessidades dos estudantes, pelo contrário, em diversos momentos, atuam escancaradamente contra o movimento estudantil. A comunidade universitária jamais terá autonomia para se opor aos diversos ataques do governo contra a escola pública se continuar a preservar essa estrutura de poder. A verdadeira autonomia universitária só pode ser conquistada através da constituição de um governo paritário tripartite (ou seja, composto pelas três categorias: estudantes, professores e técnicos) eleito por voto universal, e submetido à Assembleia Geral Universitária.

**Contra a política de conciliação de classes da direção da União Nacional dos Estudantes – UNE. Por uma UNE que expresse a independência política dos estudantes diante do governo burguês!**

A UNE é uma instituição de suma importância para luta nacional dos estudantes universitários. Na atual conjuntura, tal instância deveria servir para preparar politicamente a juventude universitária com um programa que tivesse como eixo a defesa da educação pública, opondo-se efetivamente à coexistência do ensino público com o privado. No entanto, há anos, a direção da UNE (PCdo B/ UJS e PT e aliados) vem exercendo um forte controle burocrático sobre tal organização. Durante um longo período, essa mesma direção esteve intimamente atrelada ao governo do Estado burguês, desarmando a massa

estudantil em meio ao profundo avanço do ensino privado e à gradativa destruição da Universidade pública. Nesse sentido, a política de conciliação de classes da atual direção da UNE impede que tal organização se constitua como instrumento combativo de luta e resistência estudantil, pelo contrário, bloqueia o avanço organizativo e político dos estudantes diante do desmoronamento da escola pública. Nesse sentido, essa chapa se opõe à direção burocratizada e conciliadora da UNE, compreendendo que tal organização só será um poderoso instrumento de luta estudantil se conquistar a independência política diante do governo burguês. É urgente a construção de uma oposição, uma fração revolucionária que consiga varrer a atual direção e abra caminho para a luta combativa dos estudantes em defesa de seus direitos.

## **Contra todas e quaisquer tipos de opressão, discriminação, tendências fascistas e reacionárias. Contra a repressão e criminalização do Movimento dos Estudantes; Fora PM do campus!**

A Universidade é parte constituinte da sociedade, nela também se expressam antagonismos de classes e as contradições próprias do sistema capitalista. Na atual conjuntura, aprofunda-se o caráter repressivo do Estado burguês e alastram-se por todos os lados tendências fascistas e reacionárias. Nessa mesma direção, com a crescente militarização da política, a tendência é que a repressão destinada ao Movimento Estudantil aumente, juntamente com a propagação da ideia de legitimação da PM no campus universitário. Dessa forma, essa chapa rechaça a presença da PM na Universidade – que historicamente se constituiu enquanto via de repressão política no âmbito universitário –; assim como se manifesta contrariamente a todo tipo de repressão institucional; contra a xenofobia, discriminação sexual e racial; contra todo tipo de opressão que se expressa em meio à barbárie social da sociedade capitalista.

## **Londrina:**

# **Estudantes da UEL derrotam fascistas e elegem direção do DCE comprometida com independência política**

Concluiu-se, na manhã de 8 de novembro, a apuração dos votos dos estudantes da UEL, que, durante dois dias, sufragaram para escolher a nova diretoria do DCE. O resultado foi de **2.295** votos na chapa Um; **810** na chapa Dois e **708** na chapa Três.

A chapa Um é constituída por uma frente de militantes e correntes da qual participa a Corrente Proletária na Educação e é a continuidade da mesma frente que lidera o DCE há dois anos. A chapa Dois é do MBL e a chapa Três também representa setores estudantis de direita, próximos ao agronegócio.

A campanha da chapa Um teve a adesão dos Centros Acadêmicos mais militantes, que se mobilizaram contra o perigo que representava a vitória dos bolsonaristas. Estes, durante a campanha, chegaram a imitar os gestos do capitão-presidente e defenderam abertamente a pauta reacionária dele. Foi uma campanha militante, percorrendo as salas de aula, defendendo um programa de independência política do Movimento Estudantil.

## **Gratuidade do RU; Ampliação da Moradia Estudantil (vagas a todos que solicitarem); defesa do Passe Livre Estudantil irrestrito!**

O preço do R.U e a falta de vagas na Moradia Estudantil da UEL são entraves para diversos estudantes permanecerem na Universidade e concluírem seus cursos. O “Passe Livre Estudantil” – que anteriormente já possuía vários problemas sérios, como por exemplo, o fato de enriquecer os empresários do transporte, ao ser subsidiado com o dinheiro público –, recentemente foi arrancado de grande parte dos estudantes universitários, e incorporado pela lógica assistencialista e seletiva do governo burguês do município de Londrina. Alimentação, moradia e transporte são necessidades elementares, que devem ser garantidas para que a permanência estudantil seja realmente uma realidade, nesse sentido, defende-se aqui a gratuidade do RU, ampliação imediata da Moradia Estudantil (vagas para todos que solicitarem), e reivindica-se o “Passe Livre Estudantil” irrestrito para todos, juntamente com a estatização do transporte coletivo.

Propostas de Trabalho com o Movimento Estudantil:

1. Reunião do DCE aberta semanalmente, com dia e horário fixo;
2. Campanha de reconstrução dos Centros Acadêmicos inativos;
3. Dar continuidade na campanha de reforma do espaço do DCE do centro;
4. Jornal do DCE;
5. Efetivação do programa de rádio do DCE;
6. Eventos, debates e atividades que proporcionem a discussão das bandeiras e necessidades dos Estudantes;
7. Trabalho coletivo entre o DCE e os Centros Acadêmicos, com o objetivo de realizar o Congresso Estudantil;
8. Autofinanciamento e independência do Movimento Estudantil.
9. Articulação de ações de luta com os DCEs do Estado do Paraná e da cidade de Londrina.

Os 60,19% dos votos, contra 21,24% e 18,57% das outras chapas, indicam uma clara rejeição dos estudantes contra o movimento fascizante que se desenrola no país e na cidade, no atual momento, e as ameaças já desenhadas contra a universidade pública e as liberdades democráticas. Mas, também expressam um reconhecimento, principalmente por parte da vanguarda, do programa de independência política do Movimento Estudantil implementado pela frente que vem dirigindo o DCE há dois anos, estruturada no calor das greves de 2015.

É grande a responsabilidade da chapa eleita, majoritariamente escolhida pelos estudantes e pela vanguarda. O engajamento dos centros acadêmicos na reta final da campanha e de muitos estudantes em torno à Chapa Um deve ser a alavanca para impulsionar um movimento de retomada da organização e mobilização em torno às bandeiras de defesa da universidade pública, contra o privatismo e pela independência política do movimento.

### **Centrais sindicais propõem uma frente de resistência**

As Centrais Sindicais, após a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, se reuniram e aprovaram uma frente de resistência contra a reforma da Previdência e a retirada de direitos trabalhistas. Desse encontro, aprovou-se uma pauta unitária: “1) intensificar a luta contra a proposta de reforma da Previdência Social; 2) organizar o movimento sindical e os segmentos sociais para esclarecer e alertar a sociedade sobre a proposta de fim da aposentadoria; 3) realizar um seminário, em 12 de novembro, para iniciar a organização da campanha nacional sobre a Previdência que queremos; e 4) retomar a luta por uma Previdência Social pública, universal, que acabe com os privilégios e amplie a proteção social e os direitos”.

Os burocratas sindicais fizeram discursos em defesa da justiça social, da unidade de ação, da democracia, da soberania nacional, etc. Alguns mais inflamados diziam que era preciso uma frente ampla democrática, que contasse não só os sindicatos e movimentos populares, mas também partidos políticos de esquerda. No entanto, havia um consenso de que a vitória do direitista Bolsonaro desnordeou o movimento sindical e popular e que era preciso reunir as forças democráticas. A reunião concluiu com a convocação de um seminário para discutir a reforma da Previdência. Isso quando Temer e Bolsonaro estão tramando a sua aprovação ainda nesse final de ano. Como se vê, a burocracia sindical não se colocou por organizar imediatamente os explorados para enfrentar nas ruas as reformas e medidas totalitárias do governo ditatorial. Certamente, a tal resistência tem como conteúdo as tais pressões parlamentares para “inviabilizar” votações. Nesse terreno, os explorados serão derrotados.

O Partido Operário Revolucionário faz campanha pela construção dos comitês de base, regido pelas assembleias. Impulsiona as lutas pelas reivindicações mais sentidas dos assalariados, camponeses e juventude oprimida. Defende, diante do entreguismo do governo e das diretrizes do imperialismo, a construção da frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária. E levanta a bandeira de “Abaixo o governo ditatorial e fascista de Bolsonaro”.

### **Conluio de Temer-Bolsonaro para aprovar a reforma da previdência**

Nem bem acabou o pleito eleitoral, Bolsonaro correu atrás de Temer para desengavetar a reforma da Previdência. Fazem tudo para que seja aprovada ainda esse ano. Arquitetam para que se aprove a sua essência, como a idade mínima para alcançar a aposentadoria. No entanto, para Paulo Guedes, ministro do Bolsonaro, é preciso introduzir o regime de capitalização que, em uma década, acabaria com o regime atual de repartição. O ultraliberal Paulo Guedes quer, assim, ir mais longe: acabar com a previdência pública e impor a privada por meio da capitalização.

A reforma da previdência é uma exigência do capital financeiro, serviu de base para o golpe de Estado, e que precisa ser concluída, o mais rápido. Temer e Bolsonaro contam com a enorme campanha dos meios de comunicação para convencer os trabalhadores da justiça da reforma do sistema previdenciário. Aterrorizam, dia e noite, com a propaganda de que a previdência está quebrada e que logo mais não terá recursos para pagar as aposentadorias e pensões.

Não há outro caminho para quebrar a ofensiva de Temer-Bolsonaro a não ser ganhando as ruas, paralisando o País. Retomar a greve geral de 28 de abril do ano passado é a única forma de responder tamanho ataque à vida dos trabalhadores. A experiência nos mostra

que somente a classe operária organizada, com seus métodos próprios de luta, poderá barrar o avanço do autoritário governo de Jair Bolsonaro. É urgente a organização de uma nova greve geral, que coloque abaixo as pretensões do atual e do futuro governo em atacar a vida das massas.

### **Responder com luta as demissões na GM**

A General Motors (GM), uma das principais empresas que recebeu fortunas dos cofres públicos norte-americano, no início da crise econômica, terá um lucro líquido de 2,5 bilhões de dólares. Apesar dos resultados positivos, demitirá 18 mil trabalhadores do setor administrativo nos EUA, Canadá e México. No Brasil não é diferente. A multinacional norte-americana, na maioria das plantas, sequer repôs as perdas salariais dos metalúrgicos.

Os lucros da montadora são fruto da reestruturação, demissões, arrocho salarial e eliminação de direitos. Com isso, mesmo em época de crise, consegue ter lucros exorbitantes, à custa do aumento da exploração do trabalho. E isso ocorre porque a classe operária se encontra desorganizada e à mercê da política conciliadora das burocracias sindicais.

É fundamental que a vanguarda mais consciente se coloque por constituir a fração classista e revolucionária para responder com luta às demissões, rebaixamento salarial e a perda de direitos.

### **Fortalecer o comitê de defesa da EBC**

A Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) está se preparando para o pior. O futuro presidente direitista, Jair Bolsonaro, prometeu sua extinção. Diante dessa ameaça, os trabalhadores estão organizando os comitês de defesa da EBC. No entanto, é preciso romper com a política de “diálogo” com parlamentares e com as tais “entidades da sociedade civil”. Ao contrário, é preciso organizar a luta nacional contra o fim da EBC. Levantar uma única luta contra as reformas e as medidas privatizantes de Bolsonaro. Não cabe aos trabalhadores, que correm risco de demissão em massa, se ajoelharem aos pés dos governantes e dos parlamentares. A formação dos comitês de luta deve ter o objetivo de preparar a classe para tomar as ruas em greve geral. Somente assim os empregos serão garantidos.

### **Crescimento da informalidade é reflexo da reforma trabalhista**

Segundo os dados do Pnad, em cada 10 trabalhadores brasileiros empregados no terceiro trimestre deste ano, cerca de 4 estavam na informalidade. Segundo o mesmo boletim, entre junho e setembro, o país registrou 92,6 milhões de pessoas ocupadas. Dessas, quase 43%, ou 39,7 milhões de pessoas, não tinham carteira assinada. Somando empregados do setor privado e público sem registro, trabalhadores por conta própria sem CNPJ, trabalhadores domésticos sem carteira e quem trabalha em família.

Como se vê, a reforma trabalhista não veio resolver o problema do desemprego e da informalidade, como se propagandeou durante sua aprovação. Veio aumentar a precarização das condições de trabalho e empurrar milhões de trabalhadores para a informalidade, sem direito à aposentadoria.

O Partido Operário Revolucionário tem em seu programa a defesa a Escala Móvel das Horas de Trabalho, que é a divisão de todas as horas trabalhadas entre aqueles que estão aptos ao trabalho, sem redução de salário. É preciso organizar os empregados, desempregados e os trabalhadores que vivem na informalidade em torno dessa bandeira revolucionária.

**Nesta edição:**

- Argentina: As esquerdas nas eleições no Brasil
- Bolívia: Sobre a polêmica em torno dos resultados eleitorais no Brasil
- 

Artigos das Seções  
**Comitê de Enlace  
 pela Reconstrução  
 da IV Internacional**



## Argentina: As esquerdas nas eleições no Brasil

O Brasil se tornou, nas últimas semanas, o centro de atenção política para o mundo inteiro. Desde o final de setembro, véspera do primeiro turno, até final de outubro, e uma vez concluído o segundo turno, ainda sobra muito assunto a ser elucidado. Neste artigo, tentaremos apresentar o abundante material elaborado pela nossa seção brasileira, em contraste com as posições defendidas pelos supostos revolucionários argentinos. O abandono da estratégia revolucionária e, portanto, da estruturação do Partido/Programa por parte daqueles partidos que se autoproclamam trotskistas, reflete-se evidentemente na política defendida para o Brasil.

A modo de introdução, assinalemos que não se evidenciam grandes diferenças nas posições do PTS, Esquerda Socialista, PO e Novo MAS. As eleições se transformaram num fim em si mesmo, estando ausente qualquer caracterização sobre o papel desempenhado na democracia burguesa. Sequer tentaram qualquer referência à independência política da classe operária, pelo contrário, tudo foi conduzido para a via do eleitoralismo burguês. E, como trágico corolário, viram-se arrastados na sua totalidade para defesa do voto no PT no segundo turno.

### *Negando o marxismo*

Para os revolucionários, a intervenção eleitoral tem a finalidade de propagandar o programa da revolução e ditadura proletárias. A atenção das massas está condicionada pela imensa quantidade de plataformas confeccionadas para as eleições, em que promessas de todo tipo se inventam da noite ao dia, para conseguir captar algum voto a mais, algum lugar no parlamento e alguns minutos a mais nos meios de comunicação. Este fenômeno, próprio da intervenção eleitoral burguesa, foi incorporado pelos pretensos partidos esquerdistas. Na Argentina, temos inúmeras amostras acerca da adaptação ao eleitoralismo burguês, praticado pela esquerda centrista (FIT e IFS).

O Partido Revolucionário é obrigado a caracterizar o processo eleitoral. Não deve alimentar ilusões nas instituições da burguesia (como o parlamento), mas assinalar que, no caso de penetrar com seus representantes, não será para enfeitar o recinto com sua voz crítica, mas para buscar a destruição, desde seu seio, de toda a farsa democratizante. O eixo da campanha não está em conseguir mais ou menos deputados, mas, na politização das massas (e não em se adaptar ao seu nível de consciência) acerca das tarefas que se desprendem da situação política, cujo horizonte não pode ser outro, que o de lutar pela organização da revolução proletária.

Este claro posicionamento não é outra coisa senão o reflexo do Programa partidário. Não é uma plataforma que se elabora para a ocasião. É o fruto do arsenal político elaborado e posto em prática durante anos e anos de militância revolucionária. Assim interveio o POR brasileiro, mesmo sem ter a possibilidade de apresentar candidatos. Travou uma férrea luta contra os diversos candidatos da burguesia e, ao mesmo tempo, delimitou-se programaticamente dos que intervieram desde uma suposta trincheira revolucionária.

### **Por quem votar? Ou como lutar?**

Durante a primeira fase eleitoral, tanto o PTS, quanto IS, e o Novo MAS chamaram a votar no PSOL. Essa frente, cuja “diferenciação com o lulismo esteve praticamente ausente” “não se apresentou como uma opção para derrotar os projetos do governo Temer e oferecer alternativas para superar a crise do ponto de vista de classe”. Não somente isso, mas, nos manifestos em que aderem, “apoiam um programa de reformas capitalistas que inclui a chamada ‘responsabilidade fiscal’ (ou seja a restrição de gastos nos serviços públicos e pagamento da ilegal e fraudulenta dívida pública)”.

Essas citações, que têm um valor extraordinário na hora de caracterizar o PSOL, não foram extraídas do jornal MASSAS do POR brasileiro. São declarações do Novo MAS, Esquerda Socialista e PTS respectivamente. Mostram de modo contundente que de nenhum modo se colocaram pela independência política do proletariado durante as eleições. *A confissão do crime dispensa provas.*

O PO, por seu turno, através do grupo Tribuna Classista, chamou a votar pelas candidaturas independentes do PSTU. Esse partido, que havia desconhecido o golpe institucional contra Dilma, seguiu uma política burguesa de apoio velado à Lava Jato. Sua bandeira de “Fora Todos” serviu para legitimar todo o circo montado para proscrever a candidatura de Lula. O mero fato de acrescentar a questão da “rebelião” nos seus panfletos não é suficiente para diferenciá-lo do eleitoralismo do PSOL.

Não é mediante a fraseologia esquerdista que os revolucionários politizam as massas. Não se trata de colocar algumas palavras avulsas, descontextualizadas da linha geral, mas, de esclarecer as diferenças programáticas entre os partidos que intervêm e de desenvolver a luta política pela independência de classe. Os métodos, organização e táticas se subordinam ao objetivo revolucionário, havendo uma relação dialética entre

eles.

## As descobertas da esquerda

Depois do primeiro turno, em que os esquerdistas ficaram num lugar marginal, estes “chamaram rapidamente a votar “criticamente” no Haddad. Pablo Heller, dirigente do PO, havia sentenciado a final de setembro – questionando o chamamento a votar em Haddad – que o “seguidismo ao PT em nome da batalha contra a direita é uma rua sem saída”. Entretanto, rapidamente descobriram que o voto no PT se havia transformado, sabe-se lá como, numa “ponte com as massas”, num “canal de desenvolvimento potencial da classe operária” (apesar da direção ser do PT).

Num breve percurso, percebemos que o PTS sustentava que acompanharia “o ódio e a vontade de luta contra Bolsonaro, votando criticamente em Haddad”; o Novo MAS atribui ao PT a capacidade de encabeçar uma luta conseqüente contra o fascismo e chama a construir “uma verdadeira rebelião político-eleitoral antifascista”; Esquerda Socialista, por sua vez, celebrou a coincidência na FIT a respeito do voto crítico em Haddad, “sem que isso implique nenhum apoio a sua política”. A FIT havia assinalado que o voto em Haddad devia entender-se como parte de um “programa e uma estratégia independente da do PT”. Se assim fosse, também poderiam ter chamado a votar por Scioli da mesma forma .... o que para qualquer revolucionário seria, realmente, um contra-senso.

Para os centristas não é nenhum incômodo apagar com o cotovelo o que escreveram com a mão. Pode se falar de tudo, em qualquer ocasião, ainda que contradizendo o que defendia alguns dias antes. Exercitaram um seguidismo oportunista às massas, arrastadas a uma falsa polarização, adaptando-se mecanicamente ao seu grau de politização. Essa lição se deve assimilar para alertar sobre os perigos do ecletismo político.

É muito estranho, por isso, determinar o que seria esse voto, senão apoio político. O chamamento a derrotá-lo “nas urnas e nas ruas” foi a forma que encontraram para justificar sua capitulação, típica amostra de oportunismo pequeno-burguês. Deveria afirmar-se claramente, de modo a liquidar qualquer ilusão eleitoral, que não seria recolocando o PT na condução do Estado que se conseguiria derrotar a direitização da bur-

## Bolívia:

Publicamos abaixo o artigo “A propósito da polêmica em torno aos resultados eleitorais no Brasil”, do Jornal Massas boliviano, nº 2562. O objetivo do artigo é o de contestar a caracterização que faz o PSTU do Brasil e o PO da Argentina de que Bolsonaro representa “uma ameaça bonapartista” ou como “bonapartista com ‘tendências’ ao fascismo”.

Entendemos que a divergência com essas correntes, que se reivindicam do trotskismo, não está quanto à caracterização de que a vitória da ultradireita poderá dar lugar a um governo bonapartista. Essa é a possibilidade mais provável, nas condições atuais, como o POR do Brasil já havia muito antes, indicado em sua análise da crise política e das relações de classe.

Um governo bonapartista é um governo policial-militar. A experiência em outras latitudes mostra que esse tipo de governo ditatorial serviu de transição ao fascismo. É claro que não devemos tomá-la mecanicamente. Há uma distinção de grau entre governo bonapartista e fascista, que, nem por isso, deve ser desprezada. Não é o caso aqui de desenvolver a caracteri-

guesia.

Pelo contrário, o POR assinalou esta incongruência em suas formulações. “Os esquerdistas chamam a votar por Haddad em nome do antifascismo. Se esta candidatura se erguesse como um canal de combate da classe operária e demais explorados às tendências ditatoriais e Haddad o refletisse numa batalha contra a burguesia, estaríamos obrigados a chamar o voto no petista. No primeiro turno, teria sido uma obrigação das esquerdas retirar suas candidaturas e declarar-se a favor do Haddad, uma vez que as pesquisas indicavam uma possível vitória dos direitistas no primeiro turno”.

## Autocrítica e perspectiva derrotista

Não ficou claro se o chamamento a votar no Haddad é um ensaio de autocrítica pela sua posição, em 2015, na Argentina, pelo voto em branco no segundo turno entre Scioli e Macri. O que fica claro é que cederam às pressões, num momento de grande agravamento da luta de classes. O apoio a Haddad, sob a consigna de organização independente, resulta num oxímoro, numa contradição evidente. E não faz mais do que mostrar a incapacidade desses partidos de nadar contra a maré, de enfrentar as pressões da pequena-burguesia e da “opinião pública”.

O processo de desintegração capitalista e avanço da barbárie social na América Latina se refletem no surgimento de tendências fascizantes. Coloca, paralelamente, na ordem do dia a tarefa de superar a crise de direção revolucionária, para conseguir canalizar a resposta das massas (objeto dos ataques) diante da implantação de políticas anti-operárias e abertamente pró-imperialistas dos governos latino-americanos. Dessa forma, se poderá fortalecer a resistência das massas, levando-as à via revolucionária.

A conjuntura política porá diante dos revolucionários situações mais difíceis, agudas e com maior frequência, bem como acentuará ainda mais as pressões reformistas sobre as organizações operárias. A tarefa consiste, por isso, em fortalecer a construção do partido-programa em cada um dos países, buscar a maior unidade na luta diária, e confiar única e exclusivamente nos métodos de ação direta, de mobilização ativa sob as reivindicações transitórias, de defesa das condições de vida e com a perspectiva socialista como norte político.

zação e a distinção das duas formas de governos burgueses, que servem à ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado e demais explorados. Apenas nos achamos no dever de assinalar que a crítica voltada à caracterização de um possível governo bonapartista, cujos traços já se evidenciaram antes mesmo da posse de Bolsonaro, não é correta.

Tanto o PSTU quanto o PO se colocaram pelo voto em Haddad no segundo turno. O artigo do Massas boliviano não se refere a essa decisão política. Ao se socorrerem da caracterização de bonapartismo ou bonapartismo fascizante, para justificar o voto no candidato do PT, tais correntes evidenciaram o profundo oportunismo de sua política. Desconheceram que a conciliação de classes, promovida pelo PT, que tem mantido o proletariado submisso à política burguesa, e que serviu à burguesia na forma governamental – foram 13 anos de governo petista – são os principais responsáveis pela projeção da ultradireita. E, no processo eleitoral, desconheceram que Haddad, o PT e seus aliados mentiram amplamente aos explorados de que sua vitória era condi-

ção para barrar o fascismo. Isso quando se submeteram ao golpe de Estado e agiram como um dos protagonistas no desmonte da greve geral de 28 de abril do ano passado.

Ao contrário do PSTU e PO, bem como do PSOL, que também levantou a bandeira eleitoral antifascista, o POR se colocou pelo voto nulo em defesa da construção do partido revolucionário. Na Carta Aberta aos explorados e à juventude oprimida, resumida no Massas boliviano, nº 2561, há uma afir-

## Sobre a polêmica em torno dos resultados eleitorais no Brasil

O povo explorado e o proletariado brasileiro pagam um alto preço pelo reformismo petista. Imerso na corrupção burguesa e submetido ao capitalismo, é o responsável pela ascensão ao poder do fascista Jair Bolsonaro.

A CONTRADIÇÃO FUNDAMENTAL NA AMÉRICA LATINA NÃO É DITADURA VERSUS DEMOCRACIA, É NAÇÃO OPRIMIDA POLITICAMENTE DIRIGIDA PELO PROLETARIADO VERSUS IMPERIALISMO

O PSTU do Brasil (morenistas) defendeu a ideia equivocada de que Bolsonaro é uma “ameaça” bonapartista. Esta argumentação desarma o proletariado brasileiro frente ao que realmente representa Bolsonaro: a necessidade do capital financeiro e da burguesia de impor uma solução para a crise capitalista pela via do esmagamento físico da resistência operária.

O imperialismo necessita impor medidas antioperárias, de destruição das forças produtivas, para superar momentaneamente a crise e reverter a queda da taxa média de lucro. O aumento das tendências bélicas do imperialismo é um sinal de que as forças produtivas não têm espaço para crescer, é sinal da agudização da crise estrutural do capitalismo em decadência. Acertadamente, Trostsky afirmou que o fascismo é a resposta burguesa à crise capitalista em sua fase imperialista.

Mesmo que Bolsonaro ainda não tenha organizado bandos fascistas e aplicado o terrorismo de direita para se impor, não significa que a sua concepção de sociedade e das medidas que correspondem aplicar não sejam fascistas. Uma coisa é que Bolsonaro expresse a necessidade da burguesia de enfrentar a crise com uma política de característica fascista, e outra, muito diferente, é que possa impor um regime fascista desde a partir do governo, pois, para isto, será necessário derrotar a resistência operária, que necessita fortalecer os seus sindicatos e as suas direções, e é justamente aí que se encontra a sua debilidade. O PT, um partido reformista, operário por sua composição social, mas porém, burguês pelo seu programa, não tem a capacidade, nem a vontade de esmagar a burguesia e o capital financeiro, tenderá à conciliação.

O PO, como o PSTU, solta o verbo ao dizer que Bolsonaro é bonapartista com “tendências” ao fascismo, a diferença entre um e outro é de matiz, e mais, em sua argumentação, se encontra a ideia de que a luta é entre a “esquerda”, assim em abstrato, contra o avanço da direita, uma forma de caracterizar o processo político muito compatível com setores burgueses e pequeno-burgueses democratizantes e eleitores, um lugar comum a todo o reformismo, principal responsável pelo ascenso do fascismo.

O cretinismo democratizante leva todas estas correntes centristas e reformistas a perderem de vista o problema fundamental de nossa época. A contradição fundamental em nossa época não é Ditadura versus Democracia, mas, sim, Nação oprimida politicamente dirigida pelo proletariado versus imperialismo. A experiência latino-americana e mundial demonstra que, quando a nação oprimida se move sob a direção

mação decisiva: “(...) O chamado ao voto no PT nessas circunstâncias significa ajudar a abrir caminho para as tendências fascizantes e as medidas de ataque à vida, trabalho e estudo das massas”.

Não cabe aqui discutir os demais aspectos do artigo, uma vez que este é o ponto central que separa o balanço de nossa organização do balanço das demais correntes que se perfilaram por detrás da candidatura de Haddad em nome da luta contra o fascismo.

política de qualquer partido burguês ou pequeno-burguês, inevitavelmente acaba de joelhos diante do imperialismo. Somente o proletariado, criatura do desenvolvimento das forças produtivas, por ser uma classe NÃO proprietária, pode levar a luta pela libertação nacional até acabar com o capitalismo, até acabar com toda forma de opressão nacional e social fundada na existência da propriedade privada dos meios de produção, por isso, é a contradição fundamental. Esta contradição é inerente ao capitalismo em sua fase imperialista.

“Objetivamente não existe tal contradição”, objetam os centristas, “porque não vemos nenhum proletariado dirigindo a nação oprimida”. Uma coisa é que não entendamos como esta contradição existe e se desenvolve, que é um processo altamente contraditório, que conhece avanços e retrocessos, etc., e que o seu desenvolvimento está estreitamente ligado à afirmação do proletariado como classe para si, outra é dizer que a contradição “não existe”, que equivale a negar a natureza essencial do capitalismo em sua fase imperialista.

É inegável que o desenvolvimento desta contradição fundamental está em relação direta com a constituição do proletariado em classe para si, ou seja, em partido operário revolucionário, capaz de se colocar à frente da nação oprimida. A sorte da humanidade depende deste desenvolvimento. Os fatos evidenciam a afirmação de Trostsky: A crise da humanidade é a crise da direção proletária.

A situação no Brasil tencionará o proletariado, dada a desintegração do PT, abrirá condições favoráveis para a penetração do POR no seu seio, desde que tenha uma política acertada.

Os centristas e reformistas se orientam pela construção de uma frente democrática antifascista, ou seja, alinhar o proletariado e toda a nação oprimida por trás do programa político burguês de “defesa da democracia”. Assim, haveria melhores condições para a luta. Não evidenciam que uma coisa é a defesa das garantias e liberdades democráticas e outra muito diferente é defender a democracia burguesa. Não deixam claro que é o regime social baseado na grande propriedade privada burguesa é que engendra a barbárie fascista. A democracia burguesa é o berço do fascismo.

Não restam dúvidas de que cabe ao partido revolucionário convocar a unidade contra a ameaça fascista, a constituição de uma frente revolucionária antifascista, que aponte com nitidez que a defesa das garantias democráticas (direito à sindicalização, salário, trabalho, igualdade, melhores condições de vida, etc.) passa por expulsar a burguesia do poder, por expropriar as multinacionais e a burguesia nacional. Ou seja, trata-se da unidade da nação oprimida sob o programa revolucionário do proletariado (frente anti-imperialista).

Para acabar com a mãe do fascismo, é preciso acabar com a grande propriedade burguesa.

(Extraído do Jornal Masas, nº 2562, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)



## Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique

Damos continuidade à exposição sobre a V Conferência do POSDR, realizada no final de dezembro de 1908, em Paris. Seleccionamos os principais aspectos do “Projeto de resolução sobre o momento atual e as tarefas do partido”. O documento inicia demonstrando a transformação do regime autocrático feudal em uma monarquia burguesa. Para evitar o triunfo da revolução democrática, impulsionada pela luta de classes de operários e camponeses contra o velho absolutismo esgotado, estabeleceu-se uma aliança do czarismo com os latifundiários e a burguesia comercial e industrial. A III Duma (Parlamento) foi instituída sob tal aliança contrarrevolucionária. Essa caracterização foi muito importante na luta do bolchevismo com o menchevismo e outras variantes do socialismo pequeno-burguês, que se adaptavam ao Parlamento da monarquia burguesa.

O novo regime manteve em suas mãos o processo de alteração nas relações de propriedade e economia agrárias. A monarquia burguesa se alia com os camponeses ricos, contra a maioria dos camponeses pobres. Sua reforma se assentava no estabelecimento da grande propriedade privada da terra. A burguesia liberal, dirigida pelo partido Kadete, acabou por auxiliar a política agrária do absolutismo e dos latifundiários feudais. A política revolucionária, ao contrário, trabalha pelo levante camponês contra a propriedade latifundiária, que leva à nacionalização da terra. A resolução prevê o agravamento desse choque e a gestação de uma nova crise revolucionária, para a qual o POSDR deveria preparar-se.

Nesse sentido, se extraem as seguintes tarefas: 1) explicar às amplas massas do povo o sentido e a importância da nova política da autocracia, e o papel do proletariado socialista que, ao mesmo tempo em que segue uma política classista independente, deve dirigir o campesinato democrático, na situação política atual e na futura luta revolucionária; 2) estudar em todos os seus aspectos e popularizar amplamente a experiência da luta de massa que, entre 1905 e 1907, proporcionou importantes lições de tática revolucionária; 3) fortalecer o POSDR tal e como se formou na época revolucionária; manter as tradições de sua luta intransigente, tanto quanto à autocracia e às classes reacionárias, como contra o liberalismo burguês; lutar contra os desvios do marxismo revolucionário, contra as tentativas de cercear as consignas do POSDR e de liquidar a organização ilegal do POSDR, que se observa entre alguns elementos do partido que caíram sob a influência da desintegração; 4) apoiar por todos os meios a luta econômica da classe operária, de acordo com as resoluções dos Congressos de Londres e Stuttgart; 5) utilizar a Duma e sua tribuna para efetuar propaganda e agitação revolucionárias; 6) entre as tarefas urgentes, se coloca, antes de tudo, um amplo trabalho de educação, organização e coesão das massas proletárias com consciência de classe. Depois, e subordinada a essa tarefa, é necessário estender o trabalho de organização ao campesinato e ao exército, sobretudo por meio da propaganda e agitação escritas, dedicando especial atenção à educação socialista dos elementos proletários e semiproletários do campesinato e do exército”.

Citamos anteriormente o importante documento, denominado “A Caminho”, escrito por Lênin logo após a Conferên-

cia. É dedicado à explicação e fundamentação da resolução que aqui comentamos. O ponto três da resolução foi concebido contra a tendência liquidacionista, que defendia a adaptação do POSDR ao parlamentarismo e à legalidade burguesa. Nesse particular, Lênin formula a concepção do partido construído sobre a base de células imersas no seio do proletariado e dos demais oprimidos. Transcrevemos a passagem:

*“Dessa forma de apreciar o princípio de organização do partido, se desprende, logicamente, a forma de orientar a política de organização adotada pela Conferência. Reforçar a organização ilegal do partido, criar células em todas as esferas da atividade, constituir, principalmente, ‘comitês operários inteiramente do partido, ainda que seu número seja pequeno, em cada empresa industrial’, concentrar as tarefas de direção nas mãos de dirigentes do movimento socialdemocrata provenientes das fileiras dos próprios operários: essa é a ordem do dia (...) Cada célula e cada comitê operário do partido deve converter-se em ponto de apoio para o trabalho de agitação, propaganda e organização prática entre as massas, isto é, deve ir aonde vão as massas e se esforçar a cada passo por impulsionar a consciência das mesmas ao socialismo, ligar cada questão parcial com a tarefas gerais do proletariado, transformar toda medida de organização em fator que contribua à coesão de classe e conquistar com sua energia e sua influência ideológica o papel dirigente em todas as organizações proletárias legais. Mesmo que essas células e comitês sejam pouco numerosos, estarão vinculados pela tradição do partido e pela organização do partido, por um programa de classe definido; dois ou três socialdemocratas, membros do partido, serão capazes, desse modo, de evitar serem dissolvidos em uma organização legal amorfa, saberão aplicar a linha do partido em todas as condições, circunstâncias e situações, influenciar sobre o ambiente com as posições do partido, e não permitir que o ambiente os absorva.*

As formulações acima sobre o partido não se circunscrevem à situação particular da Rússia revolucionária. Têm validade atual. Expressam os fundamentos do partido revolucionário, que se distingue completamente dos partidos burgueses e pequeno-burgueses. A experiência que advém da luta concreta de Lênin contra o liquidacionismo permite a elaboração da teoria marxista do partido. Nota-se que, em fins de 1901 e início de 1902, Lênin abre uma batalha contra os espontaneístas, o funcionamento federativo do partido e o legalismo pequeno-burguês. Agora, em 1908, enriquecido pelos acontecimentos da revolução de 1905 e da contrarrevolução de 1906, Lênin demonstra a validade de suas teses originais, as confirma e as amadurece.

No artigo “A liquidação do liquidacionismo”, de julho de 1909, Lênin conclui: “Os bolcheviques devem, agora, construir o partido, construí-lo da fração, construí-lo com a ajuda das posições conquistadas na luta interna do partido”. Essa decisão ocorre depois da Conferência da Redação Ampliada de ‘Proletari’, de junho de 1909. A separação entre bolchevismo e menchevismo e outras variantes do oportunismo e do sectarismo chegava à sua definição.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XV, Akal Editor)